

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Faculdade de Ciências Econômicas, Administração, Contabilidade e Atuárias
Departamento de Economia

Aryane Cavalcante França

O novo padrão de crescimento econômico chinês após os anos 2000 e a
prosperidade comum: uma análise crítica

São Paulo
2023

Aryane Cavalcante França

O novo padrão de crescimento econômico chinês após os anos 2000 e a prosperidade comum: uma análise crítica

Monografia submetida à apreciação de banca examinadora do Departamento de Economia, como exigência parcial para a obtenção do grau de *Bacharel* em Ciências Econômicas, elaborada sob a orientação da professora doutora Camila Kimie Ugino.

São Paulo
2023

Esta monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados e aprovada com nota final _____ (_____).

Este trabalho é somente para uso privado de atividades de pesquisa e ensino. Não é autorizada sua reprodução para quaisquer fins lucrativos. Esta reserva de direitos abrange a todos os dados do documento bem como seu conteúdo. Na utilização ou citação de partes do documento é obrigatório mencionar nome da pessoa autora do trabalho e demais itens da referência bibliográfica

França, Aryane Cavalcante

O novo padrão de crescimento econômico chinês após os anos 2000 e a prosperidade comum: uma análise crítica / AryaneCavalcante França. -- São Paulo: [s.n.], 2023.

60p ; cm.

Orientador: Camila Kimie Ugino.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Graduação em Ciências Econômicas, 2023.

1. China. 2. prosperidade comum. 3. desenvolvimento. 4. Planos quinquenais. I. Ugino, Camila Kimie. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

CDD

AGRADECIMENTOS

A apresentação da monografia é um marco final, que pessoalmente é a tangibilidade de um sonho e a representação de uma luta contra a desigualdade e a ideia de meritocracia e em prol da democratização do acesso à educação de qualidade. Sendo assim, é imprescindível o agradecimento ao Programa Universidade Para Todos, financiador da minha educação e razão pela qual uma estudante de ensino público, filha de pedreiro e metalúrgica nordestinos que nunca tiveram a oportunidade de sonhar com um futuro diferente do traçado a eles em seu nascimento, pôde entrar em uma universidade de elite como aluna.

À Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que abriu as portas para mim e me ajudou a encontrar meu lugar em um lugar que não foi feito para mim e aos funcionários e professores que contribuíram para o meu desenvolvimento e aprendizado. Em especial, gostaria de agradecer ao professor doutor João Batista Pamplona, que me orientou na realização desta monografia desde o início até o penúltimo semestre, sempre com apontamentos importantes e me ajudando a clarear ideias e, à professora doutora Camila Kimie Ugino, que me acolheu na finalização do trabalho e me ouviu em momentos de ansiedade e desespero em terminar essa etapa e nem por um segundo me incentivou a desistir.

Meu agradecimento mais importante é sem dúvida aos que me deram apoio, educação, valores, amor e a vida: minha mãe Francisca Cavalcante de Oliveira França, símbolo de luta, força, trabalho duro, gentileza e amor e meu pai Afonso Macedo de França, que me ensinou o conceito de comunidade e coletividade, a importância de olhar ao outro como a si mesmo como ninguém mais poderia. Em seguida, gostaria de não só agradecer, mas dedicar meus estudos e minhas conquistas aos meus avós maternos que faleceram durante minha graduação e não estão presentes em vida para celebrar a minha vitória: Vanduy Cavalcante de Oliveira, levado pela Covid-19 com muito pesar, homem forte e com um bom humor inestimável, que nunca foi derrubado e abalado exceto pelo o que ele não pôde controlar, e Francisca Claudino de Oliveira, que se foi um pouco mais de um ano depois de seu marido e deixou uma mensagem escrita à mão antes de falecer que diz tudo o que ela representa, sendo essa “por um filho a gente chora e a gente ri, a gente ama e move o mundo, dá a vida por eles, porque um filho é o único ser que

se ama muito mais que a si mesmo”. E, aos meus avós paternos, os primeiros a me parabenizarem por ser a primeira da família a entrar na universidade, minhas inspirações e donos da minha esperança: Getúlio França, o rosto do sertão baiano em sua forma mais pura, amante das terras, dos animais e da fé e Maria das Graças Macedo, que me ensinou a ser forte sem deixar de lado a gentileza, que fala demais, bebe demais, abraça demais e ama demais.

Quero dedicar esse momento também à família, tanto a que veio ao meu nascer, quanto a que me escolheu e acolheu. A todos os meus tios e tias, em especial a Vanieuda Cavalcante, minha segunda mãe, Meure França, minha madrinha e um símbolo de doçura e empatia e Jusciane França, que nunca me faltou com carinho e cuidado. À família que eu escolhi: Giovanna Melhor, minha confidente de momentos bons e ruins e que me ensinou o que é amizade e parceria, Ingrid Schelemberg, a melhor amiga que alguém poderia ter em todos os sentidos conhecidos ou não, Janaina Valotta, a quem mantenho comigo a mais de 10 anos e pretendo manter por muito mais, Jefferson de Azevedo, que dividiu comigo todas as dores e vitórias da graduação e se tornou meu eterno parceiro, Malu Jacob, a única pessoa que poderia dividir uma casa comigo e me agradecer com sua companhia e Rafaela Muccillo, minha parceira de luta, eterno duo e motivo do maior orgulho que uma amiga poderia ter.

E aos que se enquadram em ambos os casos, sendo tanto minha família de sangue, como de alma: Gustavo Andrade, Guilherme Andrade e Kalina Cavalcante, meus primos, amigos, companheiros e que escolheram estar comigo e torcer por mim desde o nascimento até o infinito. Por fim e não menos importante, meu agradecimento é ao meu amor e minha pequena, mas perfeita família: João Pedro Cavalcante, que me conhece desde os 12 anos e passou por todos os momentos da minha vida, sempre me apoiando e fazendo os meus dias e minha existência significativas, a quem eu dedico não só esse trabalho, mas todas as minhas conquistas e felicidades, sendo ele próprio a maior delas.

RESUMO

FRANÇA, A. O novo padrão de crescimento econômico chinês após os anos 2000 e a prosperidade comum: uma análise crítica

A China apresenta um extenso histórico de desenvolvimento econômico e social, caracterizado por um sistema singular. Para promover esse desenvolvimento, foram implementados os Planos Quinquenais, visando estabelecer metas e alcançá-las. Em busca de um patamar mais elevado, foi estabelecido o objetivo de alcançar a prosperidade comum em sua plenitude até meados do século XXI. Diante dessa perspectiva, é imprescindível realizar uma investigação das origens da prosperidade comum, a fim de analisar suas diretrizes, levando em consideração o contexto histórico chinês, os discursos oficiais e as medidas recentemente adotadas. Dessa forma, torna-se possível examinar as propostas do país para os anos futuros e avaliar se as ações recentes implementadas pelo Partido Comunista Chinês estão alinhadas com os objetivos estabelecidos. Além disso, é importante identificar os elementos favoráveis ao desenvolvimento da prosperidade comum e os desafios que precisarão ser enfrentados ao longo desse processo.

Palavras-chave: prosperidade comum; desenvolvimento; economia chinesa; Planos Quinquenais; China.

ABSTRACT

FRANÇA, A. The new standard of Chinese economic growth after the 2000s and common prosperity: a critical analysis

China has a vast history of economic and social development, characterized by a unique system. To promote its development, Five-Year Plans were implemented with the aim of setting goals and achieving them. At the current stage, the objective of achieving common prosperity in its entirety by the mid-21st century has been proposed. In this regard, it is necessary to study the origins of common prosperity in order to analyze its guidelines, taking into account China's historical background, official discourses, and recent measures. This allows for a discussion of the country's proposed plans for the coming years and whether the recent actions taken by the Chinese Communist Party are in line with the established goals. Furthermore, it is important to identify the factors favorable to the development of common prosperity and the challenges that must be faced.

Keywords: common prosperity; development; Chinese economy; Five-Year Plans; China.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - A relação entre áreas urbanas e rurais na China entre 1978 e 2005

Gráfico 2 - Evolução da Renda Média Nacional per capita (EUA x China)

Gráfico 3 - Produto interno bruto chinês e americano, em dólar, com na paridade do poder de compra (PPP) de 1980 a 2025

Gráfico 4 - Índice GINI – China 2010 - 2019

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CCP - Comitê Central do Partido Comunista Chinês

IDE - Investimento Direto Estrangeiro

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OIs - Organizações Internacionais

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

PCCh - Partido Comunista Chinês

PIB - Produto Interno Bruto

RPC - República Popular da China

TVEs - *Town-Village Enterprises*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. O crescimento econômico da República Popular da China	15
1.1. As reformas chinesas de 1978 e seus desdobramentos.....	15
1.2. Crescimento econômico no início do século XXI.....	19
1.3. A China após à crise internacional de 2008	22
2. Prosperidade comum: histórico e políticas.....	25
2.1. Origem e evolução da ideia de prosperidade comum	26
2.2. A contribuição dos planos de desenvolvimento chinês para a prosperidade comum.....	29
2.3. Políticas e ações relacionadas à prosperidade comum	31
3. O futuro do plano de prosperidade comum na China.....	36
3.1. Ações no curto prazo em relação com os planos chineses (2021-2025).....	38
3.1.1. O aprimoramento da qualidade de vida das pessoas e a elevação do nível da construção social.	39
3.1.2. Priorização do desenvolvimento agrícola e rural e promoção abrangente de revitalização rural.....	41
3.2. Expectativas de médio e longo prazo para a estabilização do plano de prosperidade comum até 2049.....	42
3.3. Desafios para alcançar a prosperidade comum na Nova Era	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54

INTRODUÇÃO

A China, enquanto sociedade e objeto econômico essencial para o entendimento das relações econômicas mundiais, é um personagem relevante quando se trata da análise da economia mundial e do desenvolvimento. Isso, pois seu extraordinário crescimento econômico nas últimas décadas a transformou na segunda maior economia do mundo e maior exportadora desde 2010, logo as medidas tomadas pelo governo chinês, sejam elas diretamente relacionadas com o exterior ou não, certamente impactam para além dos oceanos.

Com base nisso, é importante estar atento a um ponto de atenção que esteve rondando a China de certa forma desde o início de seus passos na era moderna e na economia mundial: a prosperidade comum. Xi Jinping, atual presidente da China em aparições públicas e documentos oficiais, dialoga com a solidificação do socialismo com características chinesas e com os planos quinquenais de desenvolvimento do país e prevê a asseguuração de uma sociedade mais justa e igual (ROBERTS, 2021).

Contudo, a prosperidade comum na República Popular da China (RPC), enquanto objeto de estudo, ainda é um tema muito recente e pouco estudado pelos acadêmicos do mundo, apesar de se mostrar um assunto de extrema relevância para a economia mundial devido à influência do país e da característica do socialismo. Enquanto modelo chinês e as promessas que estruturam as medidas a serem tomadas no curto, médio e longo prazo, a busca pela prosperidade comum tem mostrado que o tema não só vem sendo discutido aos poucos durante os governos, mas será manchete de jornais internacionais por muitos anos à frente.

Assim, para entender a relevância do assunto, deve-se considerar principalmente o discurso do presidente chinês Xi Jinping no centenário do Partido Comunista Chinês (PCCCh), em 2021, no qual ele cita a prosperidade comum como um objetivo a ser atingido nos próximos anos, prometendo redistribuir riqueza, reduzir desigualdades e nivelar as oportunidades de ascensão social (DUNFORD, 2022). Entretanto, o governo chinês atuou frente a algumas ações em nome desses objetivos, agindo em favor do impedimento da entrada de instituições chinesas

privadas que fazem parte dos gigantes da tecnologia à bolsa de valores de Nova York sob a justificativa de proteção de dados, medida essa que acompanha a campanha da “prosperidade comum”, o que acabou gerando desconfiança por parte dos investidores ocidentais acerca do plano (MIURA, 2022). Por esse motivo, entende-se que atos em nome da prosperidade comum podem e devem ser de significativo impacto para a economia mundial, sendo necessário o acompanhamento durante seu desenvolvimento e as previsões para seu futuro.

Para atentar-se a esse dilema e outros que deixou o globo ainda mais atento aos passos do governo chinês, apesar da limitação ao uso de fontes recentes e artigos provenientes da China, utilizamos a literatura sobre a história da economia chinesa e como foi sua jornada de crescimento até o estágio atual, sobretudo para a solidificação do conhecimento acerca da China Moderna e seus desdobramentos até se tornar uma economia relevante.

A situação da sociedade chinesa é um ponto significativo para observar a fim de entender quais as possibilidades e adversidades que serão encontradas no longo caminho até supostamente se atingir a meta, partindo da extinção da extrema pobreza na China em 2021, até o objetivo de alcançar a prosperidade comum em sua plenitude até meados do século XXI. Para o desenvolvimento desses questionamentos, é de bom uso não só os antecedentes do país, mas observar o que levou Xi Jinping a decolar com essa medida, suas influências e o caminho trilhado por seus antecessores que criaram o legado que ele hoje carrega, inferido a responsabilidade de ajudar a China a atingir a Nova Era e se beneficiar do socialismo para promover a prosperidade comum e a ascensão dos bens de direito da população. Bem como os pontos favoráveis e desfavoráveis para atingir os objetivos do país até 2049, bebendo de recentes resultados animadores com a erradicação da pobre, e os principais pontos que devem ser acompanhados nos próximos anos.

Portanto, o objetivo principal da pesquisa é analisar as diretrizes do plano de prosperidade comum como está sendo planejado e incluído ao longo dos planos quinquenais de desenvolvimento chinês e em discursos tanto do próprio Xi Jinping quanto de antigos líderes e figuras de decisão no partido. Com isso, avaliar suas possibilidades e dificuldades de realização deste objetivo levando em consideração

o que a China propõe em seus documentos oficiais, seu histórico econômico e social, o cenário atual e o que levou o país até ele e os últimos acontecimentos e medidas tomadas em nome da prosperidade comum. Os objetivos secundários englobam analisar o novo padrão de crescimento econômico chinês desde o início dos anos 2000 até os anos atuais pontuando como foi a entrada da nação na Organização Mundial do Comércio (OMC) no início do século e a sua reação em frente a crise mundial de 2008. Ademais, tem-se o propósito de apresentar as diretrizes do plano de prosperidade comum do presidente Xi Jinping e seus antecedentes, desde as primeiras menções até as medidas recentes e, por fim, propor a reflexão acerca do que está sendo prometido via documentação governamental em relação ao que se espera dos próximos anos que seja realizado no país, com a adição de alguns desafios que pode ser encontrado durante o caminho para a prosperidade comum.

1. O crescimento econômico da República Popular da China

Este capítulo tem como objetivo apresentar os padrões de desenvolvimento da China, desde os antecedentes do crescimento da expansão econômica chinesa moderna até sua posição atual como uma das maiores economias mundiais, considerando sua influência no mercado global e sua reputação como "fábrica do mundo" em meio a um processo de modernização socialista. Será enfatizado o desenvolvimento centrado nas pessoas, uma característica marcante das reformas e planos da República Popular da China, bem como seu percurso como país em busca de alcançar economias mais avançadas.

O capítulo está dividido em três seções principais. A primeira seção aborda os eventos que ocorreram após as reformas de 1978 e antes do século XXI, com foco especial em como a China aproveitou sua condição de país em desenvolvimento para almejar uma posição de maior destaque no cenário mundial, além de analisar os impactos da crise financeira asiática de 1997-1998. A segunda seção tem início nos anos 2000, com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, e explora seu papel no mercado externo como produtora de mercadorias de baixo custo e como um importante comprador de *commodities* da América Latina. A última parte oferece uma visão do país desde a crise financeira global de 2008, examinando como uma nação com viés socialista reage a uma crise de magnitude e importância para o mercado global, além de abordar a atuação das grandes empresas de tecnologia (*Big techs*) e a competição pela hegemonia mundial com os Estados Unidos, com base no atual crescimento chinês impulsionado pela inovação sob o governo de Xi Jinping.

1.1. As reformas chinesas de 1978 e seus desdobramentos

No século XXI, a China se distanciou das expectativas tanto globais quanto de sua própria sociedade em relação ao que era imaginado no meio do século anterior. Esse distanciamento é evidenciado pela posição atual do país como uma das maiores economias do mundo e pelo percurso trilhado para alcançar essa posição. Para compreender o desenvolvimento e o crescimento econômico da China, é necessário retroceder ao período em que o país deu os primeiros passos em direção ao mercado mundial.

Na década de 1950, a República Popular da China adotou um modelo econômico baseado no sistema soviético. No entanto, esse modelo não funcionou da mesma forma que na União Soviética. Ao contrário do que ocorreu no país europeu, a economia chinesa não ficou restrita a uma indústria estatal poderosa, resultando em um país ainda muito pobre nesse período. No entanto, essa situação não perdurou e, ao longo dos próximos 30 anos, a economia chinesa experimentou um crescimento acelerado em comparação com outras nações. Mesmo assim, a China continuou sendo um país de baixa renda, embora, de acordo com o Banco Mundial (1981), a expectativa de vida tenha aumentado para 64 anos em 1979, superando a média de 51 anos para países de baixa renda e 61 anos para países de renda média. Portanto, é possível compreender o potencial da China como uma nação em desenvolvimento à frente de países de primeiro mundo, como os Estados Unidos.

O ano de 1976 marca o início da entrada da China no mercado mundial, após a morte do grande líder Mao Zedong. Com um novo plano econômico, o objetivo inicial era estabelecer um sistema industrial básico e garantir condições mínimas de vida, o que resultou em uma série de reformas econômicas que sustentaram um rápido crescimento a partir de 1978. A partir dessa data emblemática na história do país, a China adotou uma política de abertura, formulada por Deng Xiaoping, por meio de reformas que introduziram mudanças nas estratégias do partido. Uma das reformas consistia em uma política de modernização de quatro setores fundamentais para o crescimento: agricultura, indústria, tecnologia e defesa.

O crescimento econômico da China é caracterizado por uma característica fundamental em sua trajetória: o desenvolvimento centrado nas pessoas. De acordo com Hu et al. (2021), o plano para garantir a modernização da China socialista teve início com uma estratégia denominada "as quatro modernizações" (1964-2000), seguida pela estratégia dos "três passos" de Deng Xiaoping (1980-2050). O objetivo era estabelecer marcos de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) chinês, levando em consideração o desenvolvimento centrado na população, com metas relacionadas ao fornecimento de roupas e alimentos para as pessoas e ao aumento do padrão de vida da população chinesa para um nível

de prosperidade moderada. A partir da modernização desses setores, o resultado esperado era o desenvolvimento das forças produtivas, seguido pelo crescimento da economia e pelo alcance da prosperidade comum.

Segundo Jabbour e Dantas (2017), a expansão econômica chinesa não ocorreu apenas pela substituição de formas estáticas e ultrapassadas de planejamento que eram características do complexo agroindustrial das comunas estabelecidas durante a era Mao Zedong, mas também devido à pressão exercida por essa nova economia de mercado sobre a economia natural. Sob o controle do líder chinês Deng Xiaoping, a prioridade geral da nação foi dada a partir de 1979, com foco no desenvolvimento das forças produtivas, permitindo que algumas pessoas e regiões enriquecessem primeiro, o que se estendeu até o ano de 1999.

Nesse momento inicial, o sucesso das zonas econômicas especiais na China contou com a abundante mão de obra barata, característica do país na época, que desempenhou um papel de destaque na história da nova economia chinesa, em meio a uma série de eventos que resultaram em uma nova divisão internacional do trabalho. Dessa forma, já na década de 1970, ocorreu a terceirização da produção manufatureira dos países centrais para as economias de baixos salários do leste asiático, o que coincidiu com a promoção do livre comércio pela administração de Reagan nos Estados Unidos. Assim, a China recebeu o famoso título de "fábrica do mundo", embora as fábricas voltadas para a exportação instaladas no país fossem, na verdade, instrumentos de lucratividade para países ocidentais, que se beneficiaram do controle e da exploração da mão de obra e do território chinês (HUNG, 2015).

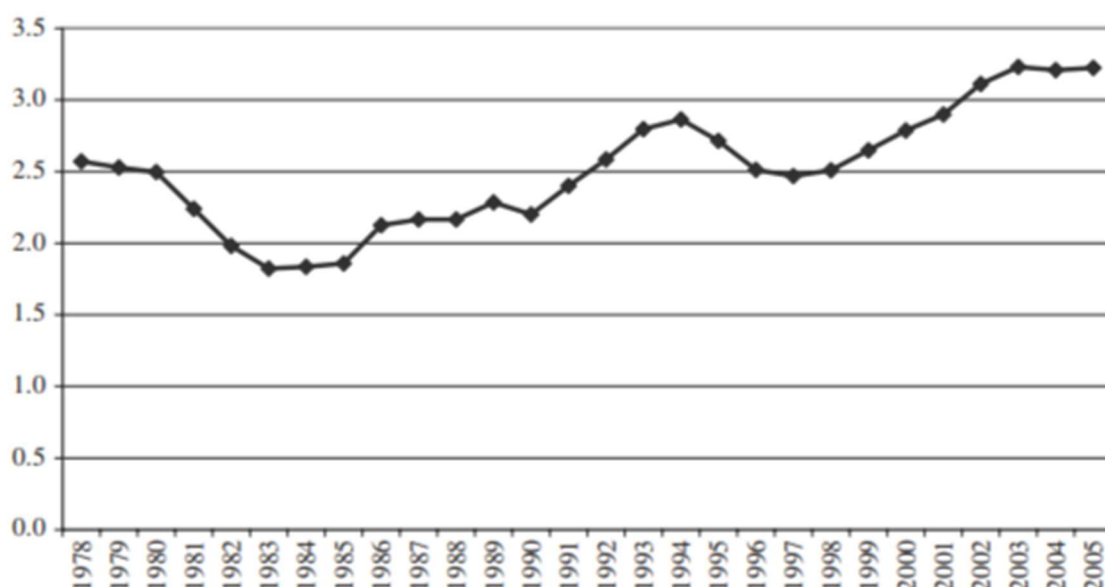
A urbanização e o êxodo rural são consequências significativas das reformas implementadas na China. As reformas desse período resultaram na descentralização da alocação da força de trabalho, que anteriormente era monopolizada pelo governo central. Vale ressaltar que, em 1978, dois terços da força de trabalho chinesa estava empregada em comunas agrícolas (NAUGHTON, 2007). Inicialmente, foram instituídas três reformas rurais, que incluíam a criação de um regime descentralizado de uso da terra, baseado em pequenos lotes, a intervenção estatal nos preços agrícolas e a promoção da industrialização rural por meio de empresas coletivas em vilas e municípios, conhecidas como *Town-Village*

Enterprises (TVEs). O rápido crescimento das empresas coletivas resultou em um aumento da participação das atividades não agrícolas na renda rural, que passou de 7% para 24% entre 1978 e 1985, representando um período de industrialização rural bem-sucedido, raramente observado em outros países em desenvolvimento (ZHANG, OYA & YE, 2015). Dessa forma, a industrialização rural contribuiu para a criação da "fábrica do mundo", e o fluxo de centenas de milhões de trabalhadores migrantes na China se tornou uma importante fonte de mão de obra barata em escala global.

Segundo Jabbour e Dantas (2017), uma característica fundamental do processo de desenvolvimento chinês recente é o caráter rural da grande expansão manufatureira na década de 1980. O aumento da renda e da produtividade do trabalho agrícola, juntamente com o consequente aumento da demanda por bens industriais, levou ao deslocamento do excesso de mão de obra não para as grandes cidades litorâneas, mas para os arredores e aldeias. Dessa forma, uma divisão de trabalho social/regional mais ampla, fundada na transferência de atividades industriais, foi localizada primeiramente no nível do complexo comunitário da aldeia.

Os dados apresentados no gráfico 1 do Departamento Nacional de Estatísticas da China (2006) revelam que, quando a China iniciou sua iniciativa de reforma em 1978, já existia uma notável disparidade entre áreas urbanas e rurais em termos de renda per capita. A renda per capita de um residente urbano era 2,6 vezes maior do que a de um residente rural. Nos primeiros anos das reformas, a disparidade de renda entre as populações urbana e rural diminuiu à medida que o sucesso das reformas rurais aumentou a renda dos agricultores. No entanto, a partir de 1984, essa diferença começou a se ampliar novamente, e até 1992, a lacuna ainda era um pouco menor do que em 1978. Vários fatores decorrentes das flutuações do mercado contribuíram para as mudanças observadas nessa relação ao longo dos anos, especialmente levando em consideração os preços dos produtos agrícolas. Atualmente, entretanto, a divisão entre áreas urbanas e rurais é significativamente mais ampla do que era em 1978.

Gráfico 1 – A relação entre áreas urbanas e rurais na China entre 1978 e 2005



Fonte: Departamento Nacional de Estatísticas da China (2006)

O novo padrão de trabalho mundial liderado por países centrais levou a uma rápida expansão da capacidade industrial chinesa, mas também deu origem a bolhas financeiras e de consumo, principalmente nos Estados Unidos, impulsionadas pelo crédito. No início dos anos 1990, as reformas de mercado na China adotaram uma abordagem voltada para a exportação, resultando em superprodução no país e em um aumento do consumo nos Estados Unidos, que passou a importar mais do que exportar da China. Esse desequilíbrio econômico global levou a uma aparente prosperidade para ambos os países durante a maior parte dos anos 2000. No entanto, o capital estrangeiro foi apenas uma das facetas da dinâmica de acumulação acelerada da China na década de 1990. Outro aspecto importante foi o papel das empresas estatais chinesas, que desempenharam um papel fundamental na acumulação de capital. A partir de 1997, uma parcela significativa das empresas estatais coletivas foi privatizada, abrindo espaço para o surgimento de uma burguesia nacional (NOGUEIRA; QI, 2019).

1.2. Crescimento econômico no início do século XXI

Após a crise financeira asiática de 1997, a China passou por um período de reestabelecimento. Devido às ações focadas na recuperação do consumo interno, a tendência deflacionista dos dois anos anteriores foi travada no primeiro semestre

de 2000. Além disso, com a recuperação das economias asiáticas, o comércio externo chinês melhorou substancialmente. É importante notar que, com o início da crise financeira asiática de 1997, o governo chinês fixou a paridade nominal com o dólar americano. Embora isso tenha sido inicialmente em defesa de Hong Kong e seu sistema de conselho monetário, o governo chinês manteve seu compromisso além da crise financeira de Hong Kong. Apesar da reduzida competitividade das exportações chinesas em relação às dos países afetados pela crise, o valor das exportações chinesas continuou a crescer. As exportações, que cresceram 6,2% em 1999, cresceram 38,3% durante o primeiro semestre de 2000 (SHARMA, 2002).

A entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, juntamente com a recuperação da crise asiática, marcou o início do século XXI para o país. A adesão à OMC representou um avanço significativo no processo de abertura econômica da China, permitindo a competição de bens e empresas estrangeiras no mercado chinês. Enquanto os anos 1990 foram caracterizados por um período de crescimento econômico modesto, porém ascendente, a década seguinte testemunhou taxas substanciais de crescimento econômico, bem como um aumento expressivo nas exportações e importações, tornando a China uma opção atraente para investimentos estrangeiros. No final da década de 2000, a República Popular da China havia se posicionado como a segunda maior economia do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, além de se consolidar como o principal país exportador e importador global (CORRÊA, 2015).

A ascensão da China como uma potência financeira global é uma consequência direta de um processo mercantilista moderno que impulsionou sua transformação em uma potência comercial conhecida como a “grande fábrica do mundo” devido à sua proeminência na produção de bens manufaturados. Atualmente, o país ocupa a posição de principal importador mundial de commodities, o que resultou em mudanças significativas na lucratividade dos exportadores desses recursos naturais. A relação da China com países da América Latina oferece um exemplo do impacto que o país exerce nos mercados globais desses grupos de commodities, tais como cobre, aço, fertilizantes e petróleo. A demanda da China por esses produtos tem sido um fator determinante para a movimentação dos mercados internacionais nessas áreas.

A China está se tornando paulatinamente mais e mais importante para os mercados de commodities. Seu papel no mercado e seus impactos no comércio mundial e nos preços variam conforme a commodity; em particular, a China tornou-se o principal importador de metais comuns e matérias-primas agrícolas, com uma menor, porém crescente, importância no mercado de alimentação e de energia. (ROACHE, 2012, p. 21)

Uma das estratégias de modernização da China, após as reformas está na importação de commodities também no desenvolvimento da indústria, alcançado na descentralização do trabalho agrícola e na urbanização em que muitas cidades se tornaram geração de polos industriais para direcionar a mão de obra da população. Sendo assim, a indústria se torna um importante objeto da economia chinesa. De acordo com dados do Banco Mundial, a China apresenta, em termos de valor agregado industrial, crescimentos expressivos acima da média mundial: de 1990 a 2009 foi registrado crescimento médio de 12% ao ano, e o mundo, por sua vez, apenas 2%.

Entre 1978 e 2004, a participação do emprego agrícola na China diminuiu 242%, enquanto o emprego rural não-agrícola aumentou 471% na indústria, 582% na indústria da construção e mais de 3.000% no setor de serviços (KANG, 2006). Isso se deu em consequência das reformas rurais após a entrada no mercado pelo governo chinês, estimuladas por aumentos nos preços agrícolas e de produtividade e renda. Tais reformas geraram uma autorização de que camponeses pudessem trabalhar fora de suas aldeias, configurando um novo padrão de divisão de trabalho no país. Entre 2004 e 2009, o salário médio real da economia chinesa cresceu 81%, e no acumulado de 2004 a 2018 esse crescimento chega a 277% (BRAGA; NOGUEIRA, 2020)

Como analisado anteriormente, em meados do século XX a China era caracterizada por ser pouco aberta ao capitalismo e estava distante dos avanços estrangeiros. No entanto, no século XXI, o país experimentou um notável crescimento econômico e se tornou um importante destino para investimentos estrangeiros diretos, ocupando o segundo lugar em termos de fluxo de investimento, logo após os Estados Unidos (HUNG, 2015).

1.3. A China após à crise internacional de 2008

A atual distribuição de renda na China difere da de outros países do BRICS e se assemelha mais à dos países desenvolvidos. Como mencionado anteriormente, a economia chinesa passou por uma significativa dependência de suas exportações e importações. No entanto, a crise financeira global de 2008 resultou em um colapso na condição de exportadora da China. Para se recuperar, o país recorreu a empréstimos concedidos por bancos estatais, direcionados para investimentos em ativos fixos nos anos de 2009 e 2010.

As consequências da crise de 2008 nos países que mantinham relações comerciais com a China levaram ao enfraquecimento do setor exportador. As medidas adotadas pelo país para se recuperar da crise foram consideradas uma expansão imprudente do investimento. Isso resultou na formação de uma bolha de dívida que não estava alinhada com o crescimento das reservas internacionais. Entre 2008 e o início de 2015, a dívida total da China aumentou de 148% do PIB para 282%, ultrapassando os níveis dos Estados Unidos e da maioria dos países em desenvolvimento. Além disso, o longo período de aumento das reservas internacionais da China chegou ao fim, e a partir de 2014, elas começaram a diminuir (HUNG, 2018).

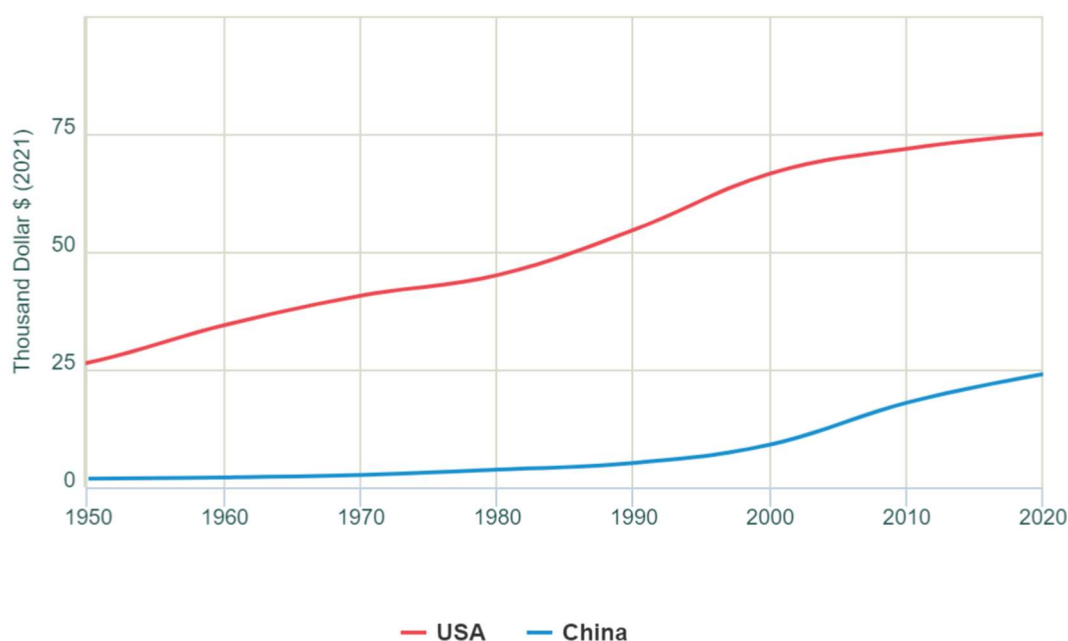
Ao contrário de nações desenvolvidas, a desigualdade na China parece ter se estabilizado desde a crise de 2008 – ou está em tendência à redução. Essa observação pode ser constatada ao analisarmos os dados de média de renda real por adulto tanto na China quanto nos Estados Unidos, de acordo com o Banco de Dados da Desigualdade Mundial (2022). Jabbour e Gabriele (2021) entendem a ação do Estado, em 2008, como um dos dois grandes momentos no que tange à capacidade de intervenção estatal desde a década de 1990:

Naquele mesmo ano, no dia 5 de novembro, o Conselho de Estado da China anunciou ao mundo um vigoroso pacote de estímulos à economia da ordem de US\$ 586 bilhões - o que, na época, correspondia a 12,6% do PIB. Foi uma verdadeira intervenção em massa do Estado na economia, diga-se de passagem. (JABBOUR; GABRIELE, 2021, p. 147)

De acordo com as informações apresentadas no gráfico 2, é evidente que a renda nacional média por adulto nos Estados Unidos é consistentemente superior durante todo o período analisado, que compreende os anos de 1950 a 2020. No

entanto, é importante ressaltar que a China demonstra um ritmo de crescimento distinto em relação aos Estados Unidos, evidenciando um progresso significativo. Entre as décadas de 2000 e seguinte, enquanto a taxa de crescimento da renda nos Estados Unidos foi de 7,9%, a China registrou um crescimento notável de 97,5%. Essa diferença acentuada revela a dinâmica econômica distinta entre as duas nações.

Gráfico 2 - Evolução da Renda Média Nacional per capita (EUA x China)

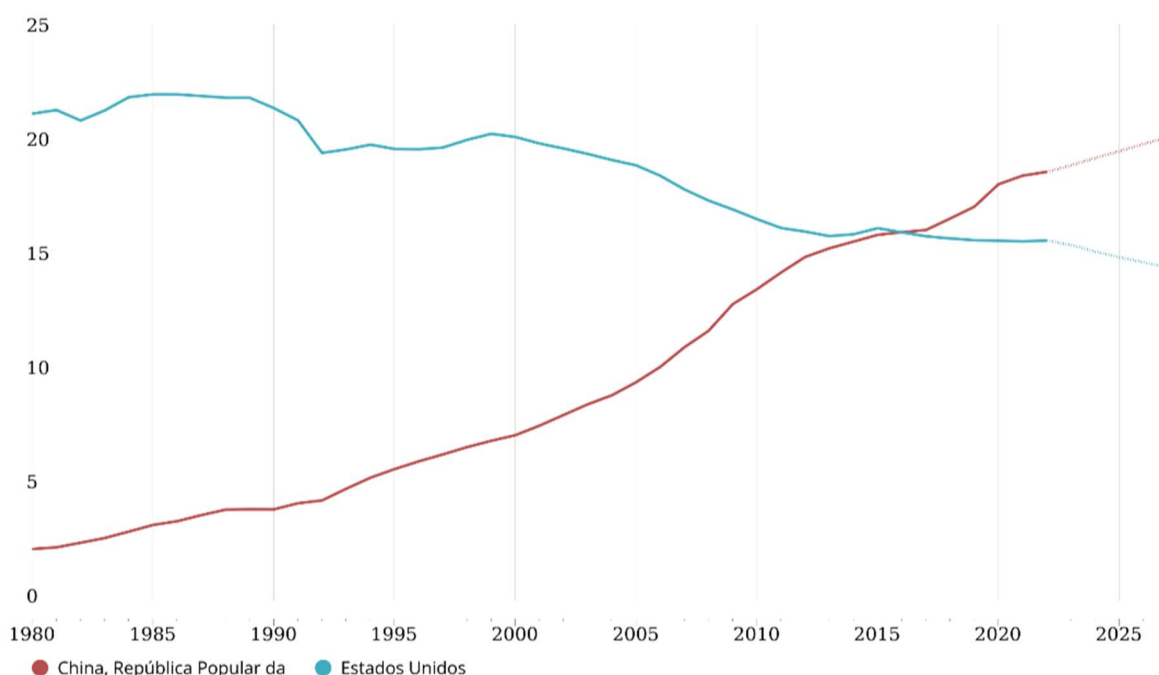


Fonte: Banco de Dados da Desigualdade Mundial (2022)

Com base nos dados do relatório de projeções econômicas do Banco de Dados da Desigualdade Mundial (2022), é previsto que a China alcance um crescimento de 4,3% em 2022 e 5,2% em 2023. No entanto, a projeção para 2022 foi reduzida em 0,8 ponto percentual devido aos impactos mais severos do que o esperado da pandemia de COVID-19 e das restrições relacionadas a ela. Por outro lado, espera-se que o crescimento dos Estados Unidos desacelere para 2,5% em 2022, uma queda de 1,2 ponto percentual em relação às projeções anteriores, devido aos preços mais altos de energia, condições financeiras mais restritas e à crise na Ucrânia. Para os próximos períodos, estima-se que o crescimento dos Estados Unidos atinja uma média de 2,2% em 2023-24, ficando 3 pontos percentuais abaixo da projeção de crescimento da China para o mesmo período.

Essas recentes projeções do Banco Mundial refletem a tendência estabelecida entre a China e os Estados Unidos, bem como o crescimento do primeiro em relação ao segundo. O gráfico 3, utiliza dados Banco Mundial sobre Indicadores de Desenvolvimento Mundial e apresenta uma perspectiva geral do ritmo de crescimento dessas duas nações com base na Paridade do Poder de Compra (PPP). Essa métrica relaciona as mudanças nas taxas de câmbio nominais entre as moedas de dois países às mudanças nos níveis de preço dos respectivos países. Conforme mencionado anteriormente, a China evoluiu de uma posição de pouca relevância econômica nos anos 1970 para se tornar uma potência mundial, desafiando a posição dos Estados Unidos como a maior economia do mundo. Em 1980, quando a China ainda não tinha consolidado sua presença na economia global e os Estados Unidos mantinham sua hegemonia, o PIB dos Estados Unidos representava 21,3% do PIB mundial, enquanto o PIB da China correspondia a apenas 2,3%. No entanto, nas últimas quatro décadas, ocorreu uma mudança radical nesse cenário, com a China experimentando um crescimento rápido e expressivo que nunca havia sido observado na história.

Gráfico 3 – Produto interno bruto chinês e americano, em dólar, com na paridade do poder de compra (PPP) de 1980 a 2025



Fonte: Banco Mundial (2021)

No gráfico 3, é possível observar o crescimento real do PIB expresso em percentuais anuais, abrangendo o período de 1980 até as projeções para 2025. Essa representação nos permite compreender a evolução do crescimento econômico da China ao longo das décadas até o ano de 2021, em que o PIB chinês corresponde a 18,6% do PIB mundial. Por outro lado, no mesmo período, o PIB dos Estados Unidos representa aproximadamente 3 pontos percentuais a menos, totalizando 15,7% do PIB mundial. Esses dados evidenciam a posição da China no cenário econômico global em relação à nação atualmente hegemônica. Por outro lado, no mesmo período, o PIB dos Estados Unidos representa aproximadamente 3 pontos percentuais a menos, totalizando 15,7% do PIB mundial. Esses dados evidenciam a posição da China no cenário econômico global em relação à nação atualmente hegemônica.

2. Prosperidade comum: histórico e políticas

Neste capítulo, o objetivo é entender quais foram os primeiros comentários sobre a prosperidade comum e como ela se tornou um item importante para o plano de desenvolvimento chinês para até 2050, levando em consideração a sua origem e evolução, os planos de desenvolvimento e as estratégias políticas.

Este capítulo está estruturado em três seções principais, sendo que a primeira se concentra no surgimento da prosperidade comum e sua evolução na China Moderna após a reforma de 1978. O propósito desta seção é estabelecer um conceito de prosperidade comum através de sua contextualização histórica, examinar as declarações do governo chinês em relação a essa ideia e, por fim, analisar como essa questão está inserida nos planos para a sociedade chinesa. Além disso, serão exploradas as referências à prosperidade comum ao longo de diferentes eras da história chinesa, levando em consideração algumas das figuras mais proeminentes do século, começando com a era de Mao, passando pela era de Deng e culminando na atual era de Xi.

A segunda área de discussão aborda os planos de desenvolvimento da China, especialmente a partir do início do século XXI, com ênfase nos planos quinquenais e sua relação com a prosperidade comum. O objetivo é analisar como

esse tópico é abordado nos planos governamentais e compreender como a importância de uma sociedade harmoniosa e igualitária evoluiu ao longo dos planos mais recentes, considerando as declarações do presidente Xi Jinping em seus discursos nos últimos anos.

Por fim, a última seção aborda as políticas que fornecem resposta e significado para a ideia de prosperidade comum, ou seja, quais instrumentos foram e estão sendo utilizados para implementar essa questão. O ponto central deste tópico é compreender as medidas implementadas pelo governo chinês ao longo dos anos que contribuíram para orientar a busca pela prosperidade comum, especialmente as que estão levando o mercado financeiro mundial a realizar discussões e as reações do mercado chinês diante dessas medidas.

2.1. Origem e evolução da ideia de prosperidade comum

No período de 1950 a 2022, a China experimentou três estágios de desenvolvimento socioeconômico: a "era da pobreza extrema", a "era de deixar alguns enriquecerem primeiro" e a "era da prosperidade comum". Essa trajetória elevou o desenvolvimento humano do país a um patamar cada vez mais alto em comparação com outras nações em desenvolvimento. A China, como o país que apresentou o crescimento mais significativo em termos de desenvolvimento humano, passou por uma transformação de "níveis muito baixos de desenvolvimento humano" para "níveis elevados de desenvolvimento humano". Esse fenômeno é conhecido como o "milagre do desenvolvimento humano na China" (AN'GANG; HONGCHUAN, 2018). O socialismo com características chinesas entrou em uma nova era, considerando que o país está em um estágio de renda média a alta e de desenvolvimento humano avançado, e os esforços estão concentrados em elevar ainda mais esses níveis de renda e desenvolvimento humano. Nesse contexto, a inovação teórica necessária para alcançar esses objetivos se destaca na transição de uma estratégia "centrada na economia" para uma estratégia "centrada nas pessoas", como imaginado pelo presidente Xi Jinping.

Embora o termo "prosperidade comum" tenha sido usado primeiramente por Mao Zedong décadas atrás, raramente foi ouvido desde então até o presidente Xi

Jinping mencioná-lo em um discurso no início de 2021. Rapidamente, tornou-se o slogan oficial escolhido pela China, definindo a nova era de desenvolvimento econômico politicamente orientado que está emergindo no país. No discurso realizado para comemorar os 100 anos do Partido Comunista Chinês, Xi cita a democracia popular, a equidade e a justiça social como meios para alcançar o pleno desenvolvimento humano e a prosperidade comum para todos. Esse plano supostamente visa reduzir significativamente a desigualdade econômica na China, aumentar os níveis de renda em massa e fomentar uma classe média grande e próspera. Muitos veem esse plano como um marco que representa uma mudança progressiva, redistributiva e igualitária no regime econômico e social do país, conforme destacado pelo sociólogo da Universidade de Berkeley, Yueran Zhang (2022).

O conceito de prosperidade comum tem uma longa história na China e sua interpretação passou por mudanças radicais ao longo do tempo. Como mencionado, ele foi originalmente utilizado durante a era de Mao, fazendo sua primeira aparição em uma manchete do Diário do Povo, o jornal oficial do Partido Comunista Chinês, em 1953. O artigo intitulado "O Caminho para o socialismo é o caminho para a prosperidade comum" afirmava que um pré-requisito para a prosperidade comum era a "propriedade coletiva, o que significava que os recursos de produção - incluindo terras, equipamentos agrícolas de grandes fazendas, gado em grande escala - eram mantidos em comum" (ROBERTS, 2021).

Posteriormente, o significado do conceito foi adaptado para se adequar à era das reformas dos anos 1980, quando o líder da época, Deng Xiaoping, anunciou que o igualitarismo não seria mais o foco e que a China permitiria que algumas pessoas "enriquecessem primeiro". Essa nova versão, uma mudança em relação ao significado na era de Mao, foi estabelecida em 1979, apenas alguns meses após Deng anunciar o fim das práticas de economia fechada da era anterior, incluindo a desmontagem da agricultura coletiva:

O que foi originalmente pretendido para guiar os membros das comunas para um caminho para a prosperidade comum, no fim fez um grupo rico pobre, e depois mais pobre e mais pobre. [...] Nosso partido está direcionando os camponeses ao longo do caminho do socialismo e está pronto para fazer todas as pessoas de comunas alcançarem a prosperidade comum. Permitir que alguns camponeses fiquem ricos primeiro é uma

política prática para atingir a prosperidade comum (Roberts, 2021, apud Deng Xiaoping, 1976, p. 2)

Deng Xiaoping, a fim de caracterizar o socialismo, menciona conceito de prosperidade comum e a predominância da propriedade pública como princípios fundamentais do socialismo. Em seus discursos aponta que a hegemonia da propriedade pública e a busca pela prosperidade comum são os dois princípios socialistas fundamentais aos quais a China deve aderir. Para Deng, o objetivo do socialismo é tornar todo o povo próspero, evitando a polarização. Portanto, se as políticas adotadas levarem à polarização, isso seria considerado uma falha, como exemplificado pelo surgimento de uma nova burguesia. Ao incentivar o desenvolvimento próspero de determinadas regiões em primeiro lugar, Deng busca que essas regiões sirvam de exemplo e inspirem outras a seguirem o mesmo caminho, ao mesmo tempo em que auxiliam no desenvolvimento das regiões economicamente atrasadas, o mesmo vale para alguns indivíduos (DUNFORD 2022).

Por outro lado, Xi Jinping define a prosperidade comum, em seus discursos, como uma política que visa garantir uma distribuição de renda mais igualitária na China. Ele manifestou-se por meio de uma série de ações tumultuadas, incluindo repressões regulatórias em empresas de tecnologia, proibição de negócios de aulas particulares anteriormente prósperos, campanhas de pressão contra empreendedores ricos na China, levando muitos deles a se afastarem de suas empresas, e um esforço abrangente para restringir o desenvolvimento do grande e endividado mercado imobiliário, o que poderia ter implicações para a economia (ROBERTS, 2021). Outro momento importante que reflete a posição de Xi Jinping em relação à prosperidade comum ocorreu durante a 10ª reunião do Comitê Central de Assuntos Financeiros e Econômicos em agosto de 2021. O presidente mencionou o plano de desenvolvimento chinês, cuja primeira etapa foi iniciada em 2020 e deve ser concluída em 2035. Nesse ponto, ele assume que a nação terá dado passos significativos em direção à prosperidade comum e, finalmente, na segunda fase, que se estenderá até meados deste século, o povo desfrutará de uma vida mais feliz, segura e saudável.

Assim, o objetivo da prosperidade comum deve ter uma presença mais proeminente na tentativa da China de construir uma sociedade moderadamente

próspera em todos os aspectos, bem como em sua nova jornada para construir um grande país socialista moderno que seja próspero, forte, democrático, culturalmente avançado, harmonioso e esteticamente agradável (GONG, 2021).

2.2. A contribuição dos planos de desenvolvimento chinês para a prosperidade comum

O plano de desenvolvimento da China, composto por planos quinquenais e planos de médio e longo prazo, é uma abordagem que combina o desenvolvimento macro e individual. Ele busca alcançar o desenvolvimento humano integral, entendido como um estado em que "o homem se apropria de sua essência total de maneira total, ou seja, como um homem inteiro". Diferentemente da abordagem desenvolvimentista que se concentra na acumulação material ou em um único indicador como unidade de análise, o desenvolvimento integral considera todo o ciclo de vida humano (HU et al., 2021).

A China se destaca por não seguir o padrão de outros planos de desenvolvimento levados em regimes socialistas, na medida em que mudam de acordo com a situação apresentada. Logo, podem ser mais bem definidos como processos evolutivos de planejamento e elaboração de políticas, tanto em nível doméstico quanto internacional (HU, 2013). Sendo assim, sugere-se que o plano de prosperidade comum, que ganhou importância no governo chinês, deve ser incorporado aos planos de desenvolvimento, especialmente considerando as políticas implementadas na última década.

No início do século, podemos observar vestígios desse enfoque ao considerar o 11º Plano Quinquenal (2005-2010), que reitera dois princípios para o desenvolvimento: o avanço científico e a construção de uma sociedade socialista harmoniosa. Esses dois pontos tornaram-se a base do plano, que também incorpora noções de sustentabilidade a longo prazo e uma distribuição mais equitativa dos benefícios do crescimento econômico, visando combater a desigualdade (NAUGHTON, 2005). Considerando as medidas propostas por planos anteriores, especialmente no que diz respeito ao momento de abertura comercial da China pós-reforma e ao foco no rápido crescimento econômico, os 11º

e 12º planos destacaram-se por abordar questões sociais de forma mais proeminente do que econômicas, além de buscarem um crescimento constante e igualitário entre as regiões do país.

O Partido Comunista Chinês incorporou a ideia do ciclo de vida humano nos planos nacionais específicos, passando de uma abstração para indivíduos concretos. O relatório do 19º Congresso do Partido (2017) analisou minuciosamente as situações internacionais e domésticas, bem como as condições de desenvolvimento do país. Nesse relatório, foram estabelecidos objetivos estratégicos em duas etapas com base em estudos aprofundados e repetidas demonstrações, que incluíram discussões, raciocínios, investigações e verificações. Além disso, foram formulados objetivos menores e específicos correspondentes a diversos aspectos da estratégia de desenvolvimento. Conforme mencionado no relatório, a modernização socialista será alcançada durante a primeira fase (2020-2035), e o plano é atingir essa meta até 2035, quinze anos antes do prazo original estabelecido na estratégia (HU et al., 2021).

Durante o período de 2013 a 2015, a nova liderança da China implementou uma campanha de redução da pobreza com duração de oito anos, com o objetivo de identificar famílias pobres e retirá-las da condição de pobreza (DUNFORD, GAO e LI, 2020). Essa campanha permitiu que o PCCh alcançasse sua primeira meta centenária de acabar com a pobreza extrema até 2020. No 5º Plenário do 18º Congresso Nacional do Partido Comunista da China em 2015, foi dada uma ênfase ao desenvolvimento compartilhado e à prosperidade comum. Durante a abertura do 19º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, o presidente Xi Jinping anunciou que a contradição principal já não era mais "as crescentes necessidades materiais e culturais do povo versus a produção social atrasada", identificada em 1981, mas sim "a contradição entre um desenvolvimento desequilibrado e inadequado e as crescentes necessidades do povo por uma vida melhor" (DUNFORD, 2022).

A busca pela prosperidade comum é uma meta de extrema importância na China, uma vez que o governo estabeleceu como objetivo alcançar um desenvolvimento coordenado entre as regiões e reduzir a desigualdade, acelerando o crescimento em áreas de menor desenvolvimento e regiões atrasadas

(FAN, 2013). Em outras palavras, a China precisa garantir o acesso equitativo aos serviços públicos básicos e reduzir significativamente as disparidades entre áreas urbanas e rurais, já que a grande diferença de renda entre essas áreas tem sido um fator limitante para o crescimento da classe média. Esse problema tem sido abordado nas últimas duas décadas, mas requer uma atenção contínua nas políticas atuais. Medidas para alcançar a prosperidade comum já foram implementadas e a busca por esse objetivo está refletida nos documentos oficiais que orientam o desenvolvimento humano e econômico do país.

2.3. Políticas e ações relacionadas à prosperidade comum

De acordo com Yuji Miura (2021), a essência da prosperidade comum pode ser compreendida considerando diversos aspectos. O primeiro deles é o objetivo a ser alcançado por meio dela, que consiste em aumentar a proporção da classe média e construir um sistema de distribuição de renda em que a população seja colocada verticalmente em ordem de baixa, média e alta renda, com o intuito de superar a atual estrutura da China, caracterizada por um grande número de pessoas com renda baixa ou alta e um número reduzido de pessoas com renda média.

O segundo ponto significativo refere-se às fases para alcançar a prosperidade comum, sendo a primeira no período até o final do 14º Plano Quinquenal (2021-2025), em que envolverá a implementação de medidas firmes para reduzir a disparidade entre renda e consumo. A segunda seria o período até 2035, com o objetivo de equalizar os serviços públicos básicos. A terceira fase abrangerá o período até meados deste século, durante o qual a disparidade entre renda e consumo será reduzida a um nível razoável, alcançando assim a prosperidade comum. O terceiro ponto aborda os dois efeitos econômicos esperados da prosperidade comum. O primeiro é o aumento na propensão ao consumo por meio da garantia de uma vida básica segura e a transição para uma economia baseada no consumo. O segundo efeito é o aumento da produtividade total dos fatores e a melhoria na qualidade do desenvolvimento econômico, por meio do fortalecimento do capital humano.

É importante destacar que a prosperidade comum não nega os esforços para enriquecer e inovar. Por esta razão, destinadas a promover o desenvolvimento da economia não estatal, como as empresas privadas, não devem ser alteradas. A ênfase da prosperidade comum está em recompensar os esforços individuais, permitindo a mobilidade social e possibilitando que pessoas de grupos de renda mais baixa possam ascender aos grupos de renda mais alta. Por fim, destaca-se que o governo reprimirá a renda ilegal e fortalecerá as regulamentações em setores que possam obstruir a prosperidade comum. O desenvolvimento imobiliário, o apoio à aprendizagem e a tecnologia da informação (TI) são mencionados como alvos dessas regulamentações. A redução das despesas familiares parece ter sido considerada ao selecionar o desenvolvimento imobiliário e o apoio à aprendizagem, enquanto a regulamentação da TI visa evitar o abuso de sua posição de monopólio. O Comitê Central de Assuntos Financeiros e Econômicos observou que a contribuição desses setores para o crescimento diminuirá e expressou a disposição de ver a taxa de crescimento de cada indústria reduzida em decorrência da busca pela prosperidade comum (MIURA, 2021).

Xi Jinping aborda temas como a aversão à expansão desordenada do capital privado, monopólios, especulação e os altos custos da educação, habitação e potencialmente saúde. Além disso, tem como objetivo buscar o estabelecimento de uma zona de demonstração na província de Zhejiang para explorar maneiras de abordar o desenvolvimento desigual e remodelar as distribuições de renda primária, secundária e terciária (DUNFORD, 2022). Como mencionado anteriormente, a China optou, desde 1979, por permitir que algumas pessoas e regiões enriquecessem primeiro, visando acelerar o desenvolvimento econômico. Deng Xiaoping argumentava que a propriedade estatal poderia evitar a polarização social. Esse modelo resultou em um crescimento econômico extraordinário, mas também em grandes aumentos nas desigualdades urbanas-rurais, regionais e sociais de renda e riqueza associadas ao crescimento do capital privado.

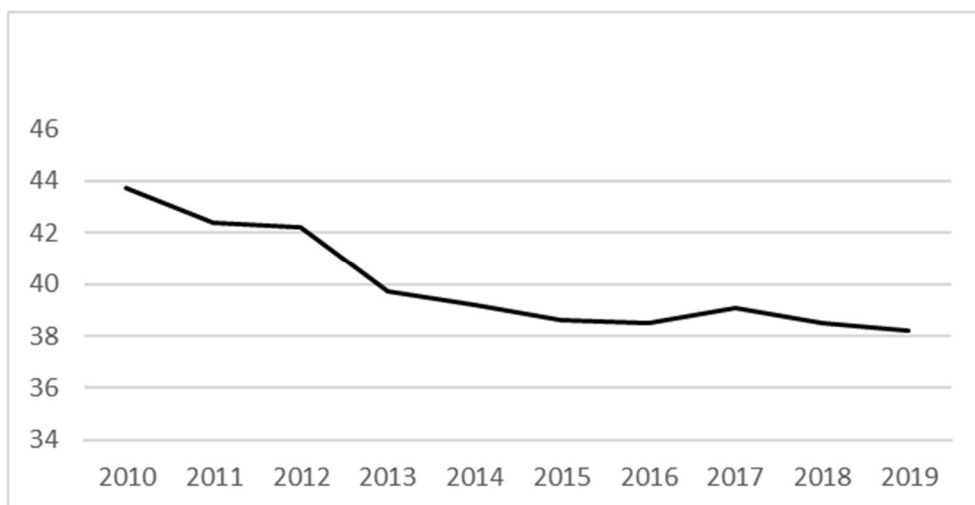
Além disso, a ideia de prosperidade comum parece estar focada em reduzir a fortuna dos indivíduos mais ricos da China, mesmo que isso signifique reprimir seus negócios ou convencê-los a ceder o controle das empresas que fundaram, em vez de buscar formas sustentáveis de elevar a riqueza dos menos afortunados do

país. Junto com o anúncio de repressão aos "lucros ilegais", a China também lançou uma campanha contra celebridades que sonegam impostos. Embora as medidas punitivas adotadas contra muitos dos ricos do país possam ser satisfatórias para os reguladores e agradar parte da população que deseja vê-las sendo aplicadas, não está claro como essas medidas podem substituir reformas tributárias e transferências que efetivamente melhoram o padrão de vida de muitas pessoas, conforme apontado pelo economista Dexter Tiff Roberts (2021).

Neste ponto, é crucial considerar como funciona a distribuição de renda no país, levando em conta o ambicioso objetivo de distribuição de renda por meio da redução da fortuna dos mais ricos e do consequente aumento daqueles com menos recursos. De acordo com Muniz (2018), há um consenso geral de que o crescimento econômico é um fator fundamental para a redução da pobreza absoluta e impulsiona a mobilidade social. Entendendo que a situação econômica chinesa é uma referência de crescimento exponencial especialmente nas últimas três décadas, é difícil não relacionar esse progresso com a retirada de milhões de pessoas da linha da pobreza. No entanto, ao observar o comportamento do Índice de Gini ao longo dos anos, fica evidente que o problema da concentração de riqueza é uma herança do passado e é um aspecto relevante a ser considerado quando se trata da busca pela prosperidade comum. Nas últimas décadas, o índice apresenta os seguintes dados: houve um aumento de 0,16 em 1978 para 0,37 em 2011 na área urbana, e de 0,22 para 0,39 na área rural, no mesmo período. O índice geral de Gini para o país como um todo foi estimado em 0,48 em 2011, um valor significativamente superior ao registrado no início dos anos 1980, que foi de 0,30, segundo dados do Banco Mundial.

É inquestionável que a China, ao erradicar a pobreza durante o seu 13º Plano Quinquenal (2016-2020), alcançou um feito monumental na história contemporânea. Além dos 850 milhões de pessoas que saíram da pobreza extrema, o país tem demonstrado uma das mais notáveis mobilidades sociais, manifestada pelo aumento da renda per capita e melhoria nas condições de vida, em um sentido mais amplo. Mesmo as desigualdades, características dos períodos de desenvolvimento industrial acelerado, têm diminuído por mais de uma década, segundo o índice de Gini do Banco Mundial (2023).

Gráfico 4 – Índice GINI – China 2010 – 2019



Fonte: Banco Mundial (2023)

Nos últimos anos, o governo chinês implementou uma série de reformas significativas como parte do plano de prosperidade comum. Essas reformas representam uma grande repressão contra muitos monopólios, principalmente no setor imobiliário e capital financeiro, e também afetam proprietários que buscam aumentar sua riqueza por meio da abertura de capital em bolsas de valores estrangeiras. Em dezembro de 2020, durante a Conferência Central de Trabalho Econômico, Xi Jinping instruiu as agências governamentais a conter a "expansão desordenada do capital", juntamente com outras prioridades econômicas, como fortalecer a inovação tecnológica, impulsionar a demanda doméstica e avançar rumo à neutralidade de carbono e preservação ecológica, conforme apontado por Dunford (2022).

Para conter a expansão desordenada do capital, a China começou a abordar o poder das empresas de tecnologia por meio de regulamentações, um fenômeno conhecido como "repressão regulatória chinesa". Um exemplo dessa abordagem é o caso do fundador do Alibaba Group Holding, Jack Ma, que criticou o governo chinês por sua excessiva regulamentação e expressou descontentamento com os requisitos de capital impostos às instituições financeiras. Posteriormente, a oferta pública inicial (IPO) do Ant Group, empresa de Jack Ma, nas bolsas de valores de Xangai e Hong Kong foi suspensa pelas autoridades governamentais. Entretanto, dado que a empresa já havia recebido aprovação das bolsas e das autoridades

chinesas de valores mobiliários, a mídia ocidental atribuiu o adiamento às críticas de Jack Ma às autoridades financeiras, o que teria despertado a ira de Xi Jinping (MIURA, 2021).

O Ant Group, como parte do conglomerado multinacional de comércio eletrônico Alibaba, utiliza a internet móvel, big data e computação em nuvem para oferecer serviços financeiros altamente alavancados a pessoas vulneráveis, resultando em um aumento significativo da dívida para esses indivíduos (TSUI, HE, YAN, 2021). Dentro do contexto das metas do plano de prosperidade coletiva e do foco na segurança da China, essas empresas e outras representam uma ameaça à política chinesa. Outros exemplos de empresas afetadas pela prosperidade comum incluem a Tencent Holdings e a Baidu, que receberam multas do governo chinês devido a práticas anticompetitivas, como acordos de exclusividade. Além do combate aos monopólios e às grandes empresas de tecnologia, a China também tem priorizado a segurança, conforme mencionado anteriormente. Foram estabelecidas novas regras preliminares para supervisionar as gigantes da tecnologia, incluindo regulamentações relacionadas à proteção antitruste, proteção de dados pessoais e segurança nacional dos dados.

Outro ponto importante da política chinesa é o controle do comportamento dos cidadãos chineses e a influência ocidental em suas rotinas. Regras foram impostas para restringir o uso de videogames, limitando o tempo de jogo para menores de 18 anos a apenas três horas por semana. Essas medidas têm gerado preocupações e expectativas negativas para o setor de videogames. De acordo com Dunford (2022), essas ações são vistas como um repúdio aos valores e vícios culturais individualistas importados da sociedade ocidental.

Preocupações surgiram a respeito de a China estar seguindo em direção a um sistema econômico fechado semelhante ao de seu passado maoísta, após um comentário amplamente divulgado na mídia estatal, incluindo o jornal do partido, o People's Daily. O comentário descrevia a repressão de Xi Jinping como uma "revolução profunda" e afirmava que "o mercado de capitais não será mais um paraíso para os capitalistas enriquecerem da noite para o dia" e que "todos aqueles que bloquearem essa mudança centrada no povo serão descartados". Pouco

depois de ser publicado, a China emitiu uma nota tranquilizadora com um editorial de primeira página, também no People's Daily, que afirmava que a China não tem a intenção de abandonar sua bem-sucedida reforma e abertura econômica. No entanto, não há muitas razões para acreditar que os principais líderes da China tenham decidido abandonar os objetivos ou políticas associadas à prosperidade comum, ou se afastar da mudança econômica profunda que estão promovendo, definida por um partido que administra tanto a economia quanto a sociedade. Os líderes chineses chegaram à conclusão de que o país atingiu uma fase de desenvolvimento em que os anos de crescimento acelerado das últimas décadas devem ser substituídos por uma abordagem que, pelo menos em declarações oficiais de política, é muito mais focada na equidade (ROBERTS, 2021).

No entanto, considerando que o principal objetivo da prosperidade comum é a redistribuição de riqueza, a redução das desigualdades e a criação de oportunidades de ascensão social, é necessário levar em conta as medidas tomadas diretamente em benefício da sociedade. Por muitos anos a China foi conhecida como a "fábrica do mundo" e se destacou na exportação de produtos e na utilização de mão de obra barata. No entanto, os trabalhadores que contribuíam para manter esse título frequentemente viviam em condições precárias sob o regime "996", no qual eram exigidas jornadas de trabalho das nove da manhã às nove da noite, seis dias por semana. E, em consonância com o objetivo central do plano de prosperidade comum, essa prática foi condenada. No final de agosto de 2021, o Supremo Tribunal Popular da China e o Ministério de Recursos Humanos e Previdência Social emitiram uma forte condenação do regime "996". Essa prática é comumente adotada por empresas de tecnologia, startups e outras empresas privadas do país (DUNFORD, 2022).

3. O futuro do plano de prosperidade comum na China

Ao se examinar os padrões de agrupamento de renda estabelecidos pelo Banco Mundial, é possível observar que a China percorreu distintos estágios de desenvolvimento ao longo de sua trajetória. Esses estágios podem ser delineados como segue: estágio de baixa renda (1949-1978), estágio de renda baixa-média

(1978-2000), estágio de renda média-baixa (2000-2010), estágio de renda média-alta (2010-2025), estágio de renda alta (pós-2025), estágio de médio desenvolvimento (pós-2035) e estágio desenvolvido (pós-2050). Assim, a RPC passou de uma sociedade empobrecida para uma sociedade moderadamente próspera, alcançando um patamar de desenvolvimento consideravelmente elevado.

Durante esse percurso, a nação experimentou uma fase caracterizada pela extrema pobreza (1949-1977), seguida por um período dedicado a suprir as necessidades básicas de alimentação e vestuário (1978-1990). Subsequentemente, adentrou uma etapa em que buscava atingir uma prosperidade moderada de forma geral (1991-2000). Em seguida, empenhou-se na construção de uma sociedade moderadamente próspera em todas as suas dimensões (2001-2011) e, posteriormente, alcançou o estágio de moderada prosperidade em todas as esferas (2012-2020) (HU et al, 2022).

A realização da prosperidade comum é um objetivo de longo prazo com vários marcos importantes e, em uma abordagem de duas etapas para alcançá-la, o Comitê Central do Partido Comunista da China estabeleceu dois objetivos distintos, mas coerentes. Na primeira etapa, de 2020 a 2035, a modernização socialista deve se tornar uma realidade. Entre as metas para alcançar, essa primeira etapa incluirá: pessoas vivendo vidas mais prósperas, expansão significativa da população de renda média, menor diferença entre áreas urbanas e rurais, estreitar a lacuna de acesso à riqueza, acesso equitativo a serviços públicos básicos e progresso sólido em direção à prosperidade comum. Na segunda etapa, de 2035 até meados do século 21, a China pretende se tornar um grande país socialista moderno, que é próspero, forte, democrático, culturalmente avançado, harmonioso e bonito. Assim, a prosperidade comum será basicamente alcançada, permitindo que o povo chinês leve vidas mais felizes e saudáveis (GONG, 2021).

O presente capítulo visa abordar as duas fases da prosperidade e tem o objetivo de relacionar as ações que o governo chinês está tomando com o plano de prosperidade comum no curto, médio e longo prazo. Assim como levantar os desafios para a viabilidade do atingimento da prosperidade comum em sua plenitude até 2049.

A primeira fase será contemplada de início considerando, sobretudo, ações propostas no 14º plano quinquenal, destacando os caminhos planejados pelo PCCh. Após, o objetivo é desdobrar as expectativas no médio prazo, ou seja, avançar para a segunda etapa do planejamento proposto pela China, enfatizando o plano de prosperidade comum até 2049. Por fim, iremos nos inclinar sobre os desafios desse plano e relatar a viabilidade de realmente alcançar a prosperidade comum em sua plenitude até o momento indicado.

3.1. Ações no curto prazo em relação com os planos chineses (2021-2025)

O período correspondente ao 14º Plano Quinquenal (2021-2025) representa a primeira fase de cinco anos após a realização do primeiro objetivo centenário da RPC, que consiste em estabelecer de forma abrangente uma sociedade bem-sucedida. Durante o centenário da fundação do PCCh, em julho de 2021, a nação chinesa estaria comemorando também a erradicação da pobreza extrema no país. Além de contribuir para o primeiro ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da Agenda de 2030 da ONU, – um plano de ação global que propõe que em 2030 o mundo deveria ser melhor a partir de 17 objetivos e 179 metas – a RPC garante o andamento da prosperidade comum:

Foi o último Plano Quinquenal (2016 - 2020), contudo, que erradicou os 4,5% da população em extrema pobreza, ou cerca de 43 milhões de pessoas. Ao concretizar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU, Xi Jinping sentenciou que acabar com tal situação, melhorar a vida do povo e materializar a prosperidade comum são as exigências básicas do socialismo e uma importante missão do PCCh, desde a fundação da RPC em 1949. Ou seja, não apenas a China tem sido o principal responsável pela erradicação da pobreza no mundo, como esta tem se dado sem adesão acrítica às orientações das OIs, sobretudo àquelas de conteúdo liberalizante. (MAIA, ET AL., 2022, p. 174)

Nesse contexto, impulsionados por tal conquista, o país encontra-se em contínuo avanço rumo ao segundo objetivo centenário, empreendendo uma nova jornada que visa a transformar a China em uma nação socialista modernizada e integralmente desenvolvida. No âmbito do quinto plenário do Comitê Central do Partido Comunista Chinês (CCP), que ocorreu em 2020, a partir de uma análise aprofundada acerca das condições internas e internacionais, foram elaboradas proposições referentes à formulação do 14º Plano Quinquenal para o

desenvolvimento econômico e social, bem como aos objetivos de longo prazo a serem alcançados até o ano de 2035.

Por meio do documento apresentado pelo governo chinês referente ao último Plano Quinquenal conseguimos entender as ações pretendidas no curto prazo, que estão relacionadas com os objetivos de longo prazo e com o alcance da prosperidade comum enquanto um escopo principal desses objetivos. Nesse sentido, é relevante observar os pontos referentes ao “Aprimoramento da qualidade de vida das pessoas e a elevação do nível da construção social”, além do foco de um tópico voltado à “Priorização do desenvolvimento agrícola e rural e promoção abrangente revitalização rural”.

3.1.1. O aprimoramento da qualidade de vida das pessoas e a elevação do nível da construção social.

O primeiro ponto importante para a tratativa das ações estabelecidas pela RPC durante a formulação de seu novo plano de desenvolvimento impera à nação chinesa persistir na consideração da realização, na defesa e no desenvolvimento dos interesses fundamentais da ampla maioria, como ponto de partida e objetivo primordial de seu processo evolutivo. Logo, faz-se imprescindível que a China empreenda todos os esforços ao seu alcance, em conformidade com suas habilidades, visando ao aprimoramento do arcabouço primordial dos serviços públicos. Além disso, assume uma relevância incontestável o aperfeiçoamento do mecanismo de governança social por meio da cooperação construtiva, governança compartilhada e compartilhamento de vantagens, com a firme intenção de fomentar a prosperidade conjunta. A China deve, portanto, buscar aprimorar o senso de conquistas, bem-estar e segurança da população, promovendo a totalidade do desenvolvimento humano e o progresso social abrangente.

De acordo com o 14º plano quinquenal, os pontos principais a serem atingidos são o aumento do nível de renda da população, o fortalecimento das políticas pró-emprego, a construção de um sistema educacional de alta qualidade, o incremento do sistema de segurança social, o foco na saúde, no envelhecimento saudável e o fortalecimento e inovação de novas formas de governança social. Esses objetivos são destrinchados de acordo com seu foco e assumimos a relevância em levantar quais as medidas que serão priorizadas durante esse

período que se relacionam com o atingimento da prosperidade comum em sua plenitude.

Assim, de acordo com o 14º Plano Quinquenal, serão realizadas medidas como a distribuição de acordo com o trabalho, aprimoramento do sistema de salários e melhoria dos mecanismos de redistribuição, com o aumento de renda. No caso de políticas pró-emprego, visa-se estabilizar e expandir o emprego, melhorando os serviços públicos, a coordenação nas relações trabalhistas e as habilidades dos trabalhadores. O apoio é direcionado a grupos-chave, com planejamento abrangente para áreas urbanas e rurais, além da criação de oportunidades na assistência pública. O incentivo ao empreendedorismo e a implementação de mecanismos de pesquisa e monitoramento também estão presentes.

Já no campo educacional, a China busca construir um sistema de alta qualidade, promovendo ética e dedicação dos professores, colaboração entre escolas, famílias e sociedade, saúde física e mental dos jovens, equidade educacional e diversificação das escolas. O investimento em capital humano, educação profissional e parcerias com empresas é valorizado, assim como a atenção às regiões étnicas minoritárias, ensino superior e educação online.

Em relação ao sistema de segurança social, existe o plano de alcançar cobertura universal e equidade, com melhorias nos benefícios e financiamento da aposentadoria e do seguro de saúde básico. Sistemas de pensões em vários níveis estão sendo desenvolvidos, juntamente com o apoio a formas flexíveis de emprego e a garantia de direitos para grupos vulneráveis. A integração da segurança social em todo o país também é buscada por meio de refinamentos nas plataformas de serviços públicos.

A promoção de uma China saudável envolve também políticas prioritárias de proteção à saúde, fortalecimento da saúde pública, prevenção e controle de doenças, investimento em saúde pública, melhorias nos serviços médicos e de saúde, desenvolvimento da medicina tradicional chinesa e ênfase na saúde mental e estilos de vida saudáveis. Para lidar com o envelhecimento da população, o foco se dá na otimização de políticas de fertilidade, aprimoração de serviços pré-natais e de cuidados infantis, promoção de um desenvolvimento demográfico equilibrado e busca explorar os recursos da população idosa para impulsionar a economia da

terceira idade. Os cuidados aos idosos são aprimorados com coordenação entre diferentes tipos de cuidados e integração dos aspectos médicos e de bem-estar. O apoio às famílias e o desenvolvimento de novas abordagens na indústria de cuidados também são enfatizados.

Por fim, a China fortalece e inova a governança social, melhorando sistemas e promovendo a participação de organizações sociais. A descentralização do poder e a melhoria dos serviços em comunidades rurais e urbanas são prioridades, visando construir uma comunidade de governança social inclusiva em que todos compartilhem responsabilidades e benefícios.

3.1.2. Priorização do desenvolvimento agrícola e rural e promoção abrangente de revitalização rural

O desafio histórico do meio rural chinês é pauta antiga e continua sendo um ponto de relevância quando se fala de desenvolvimento e bem-estar populacional. Principalmente, nesse caso, quando o 14º plano quinquenal, busca erradicar a pobreza, que se estabelece, sobretudo, nas áreas rurais, onde estão os maiores indicadores de pobreza e são protagonistas da desigualdade em terras chinesas em relação a áreas urbanas.

Contudo, ao longo do tempo, tem havido uma gradual redução da desigualdade entre as áreas urbanas e rurais. Observa-se, diante dos dados do Departamento Nacional de Estatísticas da China (2021) que as taxas de crescimento nominal e real do rendimento disponível per capita médio dos residentes rurais foram, respectivamente, 1,7 e 1,2 pontos percentuais mais rápidas do que as dos residentes urbanos. No ano de 2019, a diferença do rendimento disponível per capita, do médio urbano para rural era de 2,64 para 1, uma diminuição de 0,05 em relação ao ano anterior e 0,35 em relação a 2010.

Tão relevante quanto analisar a situação dos rendimentos é compreender os componentes do consumo. Em 2019, a parcela das despesas com alimentação, álcool e tabaco para os residentes rurais correspondeu a 30% da renda, o que representa uma diminuição de 0,1% em relação ao ano anterior. Por outro lado, a proporção das despesas com lazer, educação, cultura, entretenimento e cuidados de saúde está aumentando de forma mais acelerada. No mesmo ano, as despesas

per capita com educação, cultura e lazer representaram 11,1% da população rural, um aumento de 0,4% em comparação ao ano anterior, enquanto as despesas com cuidados de saúde correspondiam a 10,7%, um aumento de 0,5% em relação ao ano anterior (NBS,2019).

Ademais, o plano atual propõe que se deve persistir na priorização da resolução das questões relacionadas aos "três rurais", como a principal agenda do partido, seguindo a trajetória da revitalização rural com características socialistas chinesas. Também, seguir a implementação integral da estratégia de revitalização rural, ampliando as abordagens nas quais a indústria complementa a agricultura e as áreas urbanas apoiam as regiões rurais. Além disso, admite que é fundamental promover o estabelecimento de novas relações entre o meio rural e o urbano, bem como entre a agricultura e a indústria, com base na promoção mútua desses setores, por meio da complementaridade rural-urbana, desenvolvimento coordenado e busca conjunta da prosperidade (THE STATE COUNCIL OF CHINA, 2023). Entretanto, acerca do desenvolvimento rural e expectativas de ações no período de cinco anos de duração do plano, o pesquisador em política chinesa Guoguang Wu critica:

Há uma nova ênfase no desenvolvimento rural, focada em superar as disparidades entre áreas urbanas e rurais. Nesse sentido, algumas províncias, como Shaanxi, iniciaram uma estratégia de desenvolvimento priorizando a "economia do condado" (o "condado" é a unidade administrativa básica para a China rural, enquanto nas áreas urbanizadas o condado é reestruturado como uma "cidade"), mas o significado específico da "economia do condado" ainda permanece obscuro. Em Zhejiang, o objetivo nesse sentido é garantir que a razão de renda entre residentes urbanos e rurais seja reduzida para menos de 1,9 dentro de cinco anos. No entanto, como efetivar essa equalização ainda é uma pergunta sem resposta. (WU, G, 2022, p. 14)

3.2. Expectativas de médio e longo prazo para a estabilização do plano de prosperidade comum até 2049

O Comitê Central do Partido Comunista Chinês, para a elaboração do 14º Plano Quinquenal, com vistas ao desenvolvimento econômico e social nacional e aos objetivos de longo prazo até 2035, aborda de forma abrangente e estratégica as metas de médio e longo prazo e estabelece as principais tarefas a serem empreendidas para atingir a modernização socialista até o referido ano. Segundo as diretrizes delineadas neste plano, almeja-se que o PIB per capita do país atinja o nível dos países moderadamente desenvolvidos até 2035. Busca-se, assim,

alcançar avanços de magnitude considerável no que tange à prosperidade coletiva, mediante a expansão substancial do contingente de renda média, o estabelecimento de um acesso equitativo aos serviços públicos essenciais e a redução das disparidades de desenvolvimento entre áreas urbanas e rurais, bem como dos padrões de vida (ANGANG, SHAOJIE, 2002).

O presidente chinês, Xi Jinping, enfatiza que a China deve colocar a prosperidade coletiva como pilar central e empreender esforços pragmáticos, proativos e contínuos rumo a esse objetivo. Tal perspectiva se revela também como recurso fundamental para a consecução básica da modernização socialista. De acordo com o relatório do 19º Congresso do Partido de 2017, a China pretende alcançar o objetivo principal da modernização socialista de 2020 a 2035. O plano integrado de modernização socialista, planejado para atingir os objetivos estratégicos de desenvolvimento até 2035 introduz a importância de focar na construção econômica, política e cultural, além da civilização ecológica e meios de subsistência das pessoas e avanço social (HU, A. et al, 2021). Assim, centrado no aumento contínuo e estável da renda e no desenvolvimento de alta qualidade, o objetivo da prosperidade comum é aumentar o tamanho dos grupos de renda média, elevar os ganhos dos grupos de baixa renda e reduzir rendas excessivas em um sistema de distribuição de renda e impostos em três estágios, segundo Dunford (2022).

No que tange à construção social e os pontos que abrangem o alcance da prosperidade comum, Hu et al. (2021) prevê que a China, no âmbito educacional, fortaleça a educação, desenvolva uma força de trabalho qualificada e invista na construção da maior sociedade de aprendizagem do mundo para todos. Já no que diz respeito à saúde, o sistema básico de cuidados se tornará mais maduro e refinado, garantindo a prestação de serviços de saúde abrangentes ao longo do ciclo de vida para os habitantes do país. Um dos objetivos é que a expectativa de vida atinja 79,5 anos, com a indústria da saúde se tornando estratégica para o governo chinês, logo, o foco é que o IDH da China melhore de 0,737 em 2015 para 0,88 até 2035.

Além disso, Dunford (2022) antevê que a China se desenvolva de uma sociedade com a maior população de renda média do mundo para uma sociedade com a maior de renda alta do mundo, de forma que as disparidades no

desenvolvimento urbano-rural, entre regiões e nos padrões de vida serão significativamente reduzidas, conforme o proposto no 14º Plano Quinquenal. A primeira etapa para que o aumento dos grupos de renda média ocorra envolve um aumento na renda primária. Os objetivos incluem o aumento da participação dos salários, crescimento da renda imobiliária (transferência de equidade e dividendos) proveniente de propriedades rurais, terras arrendadas, ativos rurais e terras coletivas utilizadas para construção, o enriquecimento da renda no mercado de capitais, um ambiente melhorado para autônomos urbanos cujas rendas são predominantemente baixas e cuja situação de trabalho é instável, e a participação dos funcionários na propriedade de ações.

A segunda etapa é o sistema de impostos e seguridade social. Novos impostos serão impostos sobre propriedades, heranças e ganhos de capital, bem como sobre grupos de alta renda. Rendas excessivas serão reduzidas, rendas ilícitas serão proibidas e aluguéis monopolistas serão reduzidos. O limite dos salários de executivos de empresas estatais será aperfeiçoado. Quanto à seguridade social, o objetivo é garantir acesso equitativo a serviços públicos aprimorados, fazendo uso de tecnologias de informação. A proteção social universal, dependente de altas taxas de emprego, reduzirá as disparidades na distribuição primária e compartilhará os frutos do crescimento, enquanto uma redução na taxa de poupança aumentará os gastos, reforçando a circulação doméstica. A terceira etapa envolve o aprimoramento de mecanismos e políticas preferenciais que incentivarão grupos de alta renda e empresas a retribuir parte do que obtiveram da sociedade na forma de doações voluntárias e doações filantrópicas. Documentos governamentais têm mencionado a distribuição terciária desde pelo menos a década de 1990, mas a importância atribuída a ela aumentou, com ênfase em caridade reconhecida pelo governo, organizações de assistência social e projetos governamentais, assim como a atenção dedicada a ela (DUNFORD, 2022).

Para entender ainda mais outros campos que são alvos do segundo centenário após a construção de uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos até 2020, é importante considerar novamente o relatório do 19º Congresso do Partido. Logo, a construção de um país socialista moderno desde 2020 até meados do século XXI, deve ocorrer a partir do aproveitamento da base

criada pela sociedade e a modernização já atingida com trabalho árduo no desenvolvimento da nação até 2050 conforme metas delimitadas a fim de alcançar um país próspero, forte, democrático, culturalmente avançado e harmonioso em todos os aspectos (HU et al, 2021).

Inicialmente, Hu et al. (2021) aborda que o país almeja equiparar-se às nações já desenvolvidas em termos de renda per capita, desenvolvimento humano, industrialização, tecnologia, urbanização e modernização até o ano de 2050. Sendo assim, é de seu interesse atingir um patamar entre 70% e 89% do PIB per capita dos Estados Unidos dentro desse período, assim como alcançar pleno emprego de alta qualidade e incentivar a criação de startups. Ademais, a China está empenhada em enfatizar a democracia e o desenvolvimento político, seu objetivo é fortalecer a democracia socialista na sociedade e no país, a partir do desenvolvimento de uma cultura socialista avançada, com a promoção de valores socialistas e elevação do padrão moral nacional. Outro objetivo é proporcionar aos cidadãos os benefícios decorrentes de viver em uma nação governada pelo povo, com ênfase na civilização, no avanço cultural e no estabelecimento de um sistema de serviços públicos conveniente e de alta qualidade, garantindo a oferta abrangente de serviços ao longo da vida para todos os cidadãos.

O espírito chinês, seus valores e sua força se tornarão influências cruciais para o desenvolvimento do país, consolidando a China como líder global em termos de influência global e poder cultural. Os indicadores de saúde, educação e desenvolvimento social serão elevados em âmbito global e será estabelecida uma rede de segurança social para todos, com o objetivo de reduzir significativamente as disparidades regionais, urbanas, rurais e de renda. Também busca construir um país socialista moderno com um forte compromisso com a sustentabilidade e em desenvolver uma sociedade resiliente às mudanças climáticas, reduzindo de forma significativa as emissões de dióxido de carbono e outros gases de efeito estufa, a ambição é tornar-se líder global na conservação de recursos e preservação ambiental. Ainda, busca-se concluir a construção de forças armadas de classe mundial e incluir suas capacidades de defesa e combate entre as melhores do mundo (HU, ET AL, 2021).

3.3. Desafios para alcançar a prosperidade comum na Nova Era

A virada do século XXI marca uma nova era para a China, que possui condições políticas, econômicas e sociais favoráveis para alcançar a prosperidade comum. Contudo, nesse processo, o país enfrentará muitas dificuldades e desafios, mesmo com um ambiente benéfico, o que refletirá a contradição entre o desenvolvimento desigual e inadequado e as necessidades crescentes da população por uma vida melhor.

O processo contínuo de busca pela prosperidade comum na China se dá por meio de um desenvolvimento progressivo em diferentes estágios, sendo essencial estabelecer metas e indicadores para cada fase. Durante o período compreendido entre o início do 14º Plano Quinquenal e o ano de 2050, idealmente serão implementados seis períodos de Plano Quinquenal, antes que a China alcance a prosperidade comum conforme o planejado. Cada plano deve estabelecer metas em estágios, a fim de promover a realização da prosperidade comum. Assim, as chaves para alcançar a prosperidade comum residem na consecução das principais metas e objetivos de desenvolvimento econômico e social do 14º Plano Quinquenal, em conformidade com o cronograma estabelecido. É necessário concluir as principais tarefas estratégicas em todos os aspectos e aprimorar a força econômica, científica e tecnológica da China, bem como a força nacional de forma abrangente, além de elevar o padrão de vida da população (HU; ZHOU, 2022).

A implementação efetiva das estratégias delineadas no Plano Quinquenal tem impulsionado de forma contínua o progresso da China desde a sua implementação, estabelecendo-se como um sistema de governança fundamental que já demonstrou sua eficácia. Nesse sentido, o Plano Quinquenal desempenha um papel crucial como meio importante para alcançar a prosperidade comum. O esboço do 14º Plano Quinquenal (2021-2025) para o desenvolvimento econômico e social nacional, juntamente com os objetivos de longo prazo até 2035, representa o primeiro plano sistêmico e estratégico dedicado explicitamente à busca constante da prosperidade comum. Diante disso, é possível vislumbrar que, por meio da consecução dos 14º, 15º e 16º Planos Quinquenais, a China estará no caminho de alcançar o ambicioso objetivo da prosperidade comum dentro de um período de 15 anos (HU; ZHOU, 2022).

As previsões do Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento do Conselho de Estado da China, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Chinês (2016), indicam que o país atingirá um índice de desenvolvimento humano de 0,861 até o ano de 2030. Comparado às previsões para 2020, que era de 0,778, espera-se que nessa fase os objetivos estratégicos de crescimento econômico e desenvolvimento social estejam mais equilibrados. No entanto, a pesquisa também destaca que o índice de renda está aumentando mais rapidamente do que os índices de saúde e educação.

Apesar do histórico chinês de crescimento econômico e desenvolvimento social, especialmente através dos objetivos estabelecidos pelos Planos Quinquenais, é crucial levar em conta a situação econômica atual do país, em especial o impacto da crise da pandemia de COVID-19, que afetou diversas regiões tanto na China quanto globalmente. Nesse contexto, é importante reconhecer que o crescimento econômico da China tem enfrentado significativa pressão negativa decorrente da pandemia. Segundo os dados divulgados pelo Departamento Nacional de Estatísticas da China, o crescimento do PIB do país em relação ao ano anterior nos três primeiros trimestres de 2022 foi de apenas 3,0% e 3,9% no terceiro trimestre, representando o valor mais baixo após uma tendência de queda contínua nos últimos cinco anos (Departamento Nacional de Estatísticas da China, 2022). Diante desse cenário, a questão fundamental a ser abordada para alcançar a prosperidade comum na nova era é como restaurar o crescimento econômico rápido de forma sustentável. Além disso, o desenvolvimento econômico e os desafios enfrentados pelo país em termos da qualidade desse desenvolvimento são pontos relevantes, conforme destacado por Shiyun Li:

O padrão tradicional de alcançar o crescimento econômico de forma extensiva tem dificultado a melhoria da qualidade econômica. Impulsionado principalmente por fatores tradicionais, como trabalho, terra e capital, o crescimento econômico tem se beneficiado pouco de fatores de inovação, como tecnologia e dados. Além disso, ainda existem muitas indústrias de médio e baixo nível situadas na parte inferior da "curva do sorriso", e certas indústrias apresentam sérios problemas de excesso de capacidade, resultando em baixas taxas de entrada-saída, altos custos de recursos e ambientais, e margens de lucro estreitas (LI, 2023, p. 6).

Nesse sentido, há a expectativa de que de 2020 a 2035, a China dobre sua receita orçamentária pública geral, aumentando de 18 trilhões de yuans para mais de 36 trilhões de yuans, de acordo com Hu e Zhou (2022), o que ajudaria a expandir a base tributária e melhorar a capacidade de transferências, estabelecendo uma

base para alcançar a prosperidade comum. No entanto, é necessário a consideração dos aspectos negativos da economia chinesa para entender como as projeções podem se comportar à frente de situações atípicas e variáveis não esperadas.

Além disso, a China enfrenta desafios significativos em relação à sua população numerosa, vasto território e disparidades geográficas na distribuição da população, condições climáticas e ambientais, bem como nos níveis de desenvolvimento regional. Existem diferenças significativas na infraestrutura e velocidade de desenvolvimento entre as diferentes regiões da China, que não podem ser negligenciadas. Nas áreas rurais, o retorno marginal da força de trabalho agrícola tem sido consistentemente inferior ao da força de trabalho não agrícola, e a melhoria do ambiente cultural e ecológico não está altamente sincronizada com o desenvolvimento econômico (LI, 2023).

A China abriga uma significativa população rural, ultrapassando os 500 milhões de habitantes, o que corresponde a aproximadamente 15% da população rural global. Essa realidade ainda se configura como um dos principais obstáculos para a consecução da modernização socialista. Se a distribuição de renda entre residentes urbanos e rurais fosse dividida em cinco grupos iguais, constata-se que a renda per capita de cerca de 400 milhões de residentes rurais na China, em 2020, foi inferior ao padrão mínimo nacional estabelecido para o grupo de renda média, abrangendo aproximadamente 20% da população total. Dessa forma, a persistência da disparidade entre o desenvolvimento urbano e rural na China se prolongará por muitos anos (HU; ZHOU, 2022).

Por outro lado, em 2020 a população urbana total na China era de 902 milhões de indivíduos, com projeções indicando um crescimento para 1 bilhão até 2025 e 1,07 bilhão até 2035. Esses valores representam mais de três quartos da população total do país, evidenciando um estágio avançado de desenvolvimento urbano. Tal tendência demográfica é impulsionada por um fluxo migratório da população rural em direção às áreas urbanas, resultando em uma redução gradual na disparidade de renda entre residentes urbanos e rurais (HU; ZHOU, 2022). Em resumo, na nova era, é fundamental priorizar o desenvolvimento da agricultura e das áreas rurais. O enfoque principal deve ser o desenvolvimento integrado entre áreas urbanas e rurais, superando abordagens dualistas, como o sistema de

registro de domicílio. É necessário promover uma maior fluidez no fluxo de fatores de produção entre áreas urbanas e rurais, enquanto a modernização da agricultura e das áreas rurais deve impulsionar a revitalização das indústrias rurais, dos recursos humanos, da cultura e da ecologia rural (LI, 2023).

A China estabeleceu um abrangente sistema de segurança social para toda a sua população. Em 2020, 1,012 bilhão de pessoas estavam cobertas pelo seguro básico de aposentadoria, 220 milhões pelo seguro de desemprego e 272 milhões pelo seguro de acidentes de trabalho. Além disso, 1,361 bilhão de pessoas eram beneficiárias do seguro médico básico, alcançando uma taxa de cobertura de 95%. Com o contínuo desenvolvimento da economia chinesa, a capacidade do sistema de segurança social do país pode ser aprimorada, o que representaria uma garantia e vantagem do sistema socialista chinês em seus esforços para alcançar a prosperidade comum. Por outro lado, aproximadamente 5% da população urbana na China, o que correspondia a mais de 23 milhões de pessoas em 2021, encontra-se desempregada. Ademais, mais de 7 milhões de indivíduos registrados como pobres e portadores de deficiências foram retirados da condição de pobreza de acordo com o planejado, enquanto 9,634 milhões de pessoas com deficiências recebiam subsídios de subsistência. Há cerca de 3 milhões de indivíduos pobres e gravemente deficientes que possuem um seguro individual direcionado, incluindo crianças rurais deixadas para trás e idosos rurais (HU, ET AL, 2021).

A iniciativa de prosperidade comum na China tem como objetivo não apenas aumentar os rendimentos da classe média baixa para sua plena participação na vida econômica, mas também romper a dependência da dívida que impulsiona o crescimento do país. Um exemplo claro desses esforços contínuos é a pressão sobre o setor imobiliário, a indústria mais endividada do país, para iniciar o processo de desalavancagem. Esse processo ganhou destaque mundial com o colapso da Evergrande, uma das maiores e mais endividadas empresas imobiliárias chinesas. Essa campanha continua em andamento, com Pequim mantendo suas "três linhas vermelhas", que impõem restrições sobre o volume de empréstimos que as empresas podem obter e exigem a redução da dívida. Essa política desencadeou os casos de inadimplência enfrentados pela China hoje, que representa um desafio para os próximos anos (DUNFORD, 2022). E, embora a China tenha conseguido erradicar a pobreza absoluta, há ainda áreas em que muitas pessoas vivem com

baixa renda e dependem desesperadamente de ajuda em todo o país. Essa situação representa o principal obstáculo para alcançar a prosperidade comum segundo Hu e Zhou:

Portanto, as políticas voltadas para a redução da desigualdade de renda têm como foco beneficiar aqueles com recursos limitados por meio de iniciativas locais, como intensificação dos esforços de assistência, pagamentos diretos de transferência, ampliação da cobertura de seguridade social e investimento em capital humano. Todas essas medidas demonstram a superioridade do sistema socialista (HU; ZHOU, 2022, p. 19).

Além disso, o valor total de reembolso de impostos de exportação aumentou de 1,17 trilhão de yuans para 1,45 trilhão de yuans, representando cerca de 8,5% das exportações totais. Os cortes adicionais de impostos e reduções de taxas totalizaram mais de 7,6 trilhões de yuans (WANG, 2021), o que equivale a aproximadamente 1,7% do PIB, ou seja, 450 trilhões de yuans. Embora a política de redução de impostos da China possa impulsionar a criação de empregos e o aumento das exportações no curto prazo, isso também terá um impacto significativo na capacidade do governo de arrecadar receitas e realizar redistribuição de recursos no longo prazo. Nos últimos anos, tem sido evidente uma insuficiência na distribuição terciária de recursos. Os fundos e propriedades recebidos por instituições de caridade públicas representaram aproximadamente 0,15% do PIB nacional (TANG, 2021).

A prosperidade comum na China é definida, também, por uma trindade de desafios, que envolvem os altos custos habitacionais, os custos elevados dos cuidados de saúde e os significativos gastos com educação que a maioria das famílias enfrenta ao educar seus filhos. Esses fatores são considerados contribuintes para a desigualdade de riqueza. Em particular, a moradia é reconhecida como excessivamente cara na China, com apartamentos em cidades como Pequim, Xangai, Guangzhou e Shenzhen custando de 31 a 43 vezes a renda anual média de uma pessoa. Em comparação, em cidades como San Francisco e Nova York, essa relação é de apenas oito a nove vezes. Portanto, em conjunto com os esforços para reduzir a dívida no setor imobiliário, os líderes chineses estão empenhados em conter a especulação imobiliária que impulsionou os preços a níveis tão altos. Nos últimos cinco anos, o presidente Xi enfatizou repetidamente que a moradia deve ser utilizada para residência, não para especulação (DUNFORD, 2022).

De acordo com o Relatório de Pesquisa do Índice de Riqueza dos Agregados Familiares da China, divulgado no primeiro trimestre de 2022, a contribuição dos imóveis e dos ativos financeiros para a riqueza dos agregados familiares foi de 63,8% e 26,8%, respectivamente, o que indica que os ativos têm uma contribuição muito maior do que a renda para o status financeiro dos agregados familiares (LI, 2023). Nos últimos anos, o rápido aumento dos preços dos imóveis na China tem levado a uma ampliação da lacuna de riqueza entre as famílias com propriedades variadas em termos de quantidade e localização. As 10% famílias mais ricas da China detêm 58% dos ativos financeiros do país (CHEN ET AL, 2022), e a maior taxa de retorno sobre os ativos financeiros tem agravado ainda mais a disparidade entre os ricos e os pobres.

Existem várias áreas que o Partido Comunista Chinês deve considerar ao explorar e desenvolver o processo de estabelecimento da prosperidade comum. Para Li (2023), além dos pontos previamente apresentados, é crucial promover o desenvolvimento de alta qualidade, concentrando-se no aprimoramento da capacidade de inovação independente, impulsionando a transformação e a atualização industrial, acelerando a construção de um novo padrão de desenvolvimento, promovendo a revitalização rural e fortalecendo o desenvolvimento coordenado entre as regiões. Além disso, é necessário otimizar a distribuição de renda, aumentando a eficiência da distribuição inicial, promovendo uma redistribuição mais equitativa e incentivando a distribuição terciária.

Também, é fundamental fortalecer a rede de segurança social, buscando aprimorar o seu nível e acelerar a igualdade dos serviços públicos para diminuir as disparidades entre as regiões. A governança digital eficaz é outro aspecto importante, que envolve a coordenação efetiva entre oferta e demanda, bem como a implementação de supervisão inteligente no uso de novas tecnologias. Por fim, é essencial promover a abertura do sistema econômico em nível global. A China estará mais próxima de alcançar o sonho da prosperidade comum quando conseguir construir com sucesso um sistema econômico aberto que promova benefícios mútuos, diversidade, equilíbrio, segurança e eficiência, formando um novo padrão de desenvolvimento com circulações interna e externa que se reforcem mutuamente (LI, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de sua trajetória, a República Popular da China vivenciou diferentes estágios de desenvolvimento que culminaram em sua atual posição notavelmente elevada. Originando-se de uma sociedade empobrecida, o país progrediu em direção a um patamar de prosperidade moderada. Essa transformação foi impulsionada por uma série de fatores, incluindo os primeiros passos da economia chinesa em direção ao mercado internacional, a implementação de políticas voltadas para o desenvolvimento industrial, a mobilização das forças produtivas tanto em áreas urbanas como rurais e a abertura comercial adotada pelo país. Esses elementos desempenharam um papel fundamental na ascensão econômica do país, que tem sido continuamente preservada ao longo do século XXI.

Os estágios de desenvolvimento pelos quais a China tem atravessado evidenciam a sua evolução, especialmente quando se considera a relevância dos Planos Quinquenais chineses. Em contraste com outros planos de desenvolvimento adotados por nações de orientação socialista, a versão chinesa desses planos reconhece a possibilidade de mudanças ao longo dos cinco anos de implementação e se adapta a essa realidade. Além disso, embora os planos tenham, por um longo período, focalizado primordialmente em iniciativas econômicas, eles também incorporaram considerações referentes a aspectos sociais e individuais da sociedade. Desse modo, tais planos dialogam com a noção de prosperidade comum e seus objetivos, reforçando a ideia de que a China tem se preparado para alcançar a prosperidade comum desde antes dos anos 2000.

A noção de prosperidade comum, embora não seja uma temática inédita para o país, pode ser considerada um conceito de natureza recente, uma vez que se apresenta como um plano com um objetivo a ser alcançado e metas estabelecidas. Ainda que não haja um documento oficial que forneça uma definição precisa de prosperidade comum, é possível constatar, com base nos planos de desenvolvimento, nos discursos proferidos pelo presidente Xi Jinping e outros representantes do partido, além das ações empreendidas pelo Estado em prol desse propósito, que o país está efetivamente trilhando em direção a essa meta e que a mesma é de significativa importância para o governo.

Nesse sentido, a prosperidade comum busca conjugar tanto a eficiência quanto a equidade, o que implica não apenas no aumento do tamanho da riqueza

social, mas também na sua distribuição justa e razoável. Ademais, seus objetivos estão intrinsecamente relacionados ao ideal do socialismo moderno com características chinesas, e as ações e políticas implementadas pelo governo chinês refletem um compromisso sério com a melhoria das condições de vida e a redução das desigualdades sociais.

Entretanto, é imprescindível reconhecer que o caminho rumo à prosperidade comum enfrenta desafios significativos. A desigualdade de renda continua sendo uma questão de grande relevância, assim como a necessidade de aprimorar as condições de trabalho, fortalecer a proteção dos direitos trabalhistas e abordar de forma mais efetiva as questões ambientais. Além disso, a busca pela prosperidade comum requer uma adaptação ao contexto global em constante mutação, com desafios econômicos, políticos e tecnológicos. O modelo chinês também enfrenta críticas e questionamentos, especialmente em relação ao conflito entre o governo chinês e as grandes empresas de tecnologia do país, que emergiu com a "repressão regulatória chinesa" e suas regulamentações relativas à proteção de dados, entre outras ações tomadas pelo Estado que geraram desconforto entre os empresários dessas corporações.

Apesar dos desafios, a China tem demonstrado uma determinação contundente em perseguir o seu objetivo de prosperidade comum. As metas estabelecidas para os períodos de curto, médio e longo prazo, bem como as políticas implementadas, refletem uma visão abrangente e sustentável de desenvolvimento. Nesse sentido, é de suma importância que a China mantenha um equilíbrio adequado entre o crescimento econômico e a busca pela prosperidade comum. Por meio de políticas econômicas inclusivas, investimentos no capital humano e desenvolvimento sustentável, o país pode ser capaz de assegurar uma distribuição mais equitativa dos benefícios do crescimento, garantindo um futuro próspero para os seus cidadãos.

Para alcançar a meta de prosperidade comum até 2049, a China também busca fortalecer a sua influência global, desenvolver uma sociedade resiliente às mudanças climáticas, elevar os indicadores de saúde, educação e desenvolvimento social, além de construir forças armadas de classe mundial. Esses objetivos evidenciam o compromisso do país em se tornar uma nação próspera, forte, democrática, culturalmente avançada e harmoniosa em todas as dimensões.

Em conclusão, a China experimentou uma transformação econômica e social notável nas últimas décadas, com a busca da prosperidade comum como objetivo central de seu desenvolvimento. O histórico do país com os planos quinquenais, as políticas implementadas e os marcos estabelecidos demonstram o compromisso da China em alcançar um crescimento econômico equitativo e sustentável. No entanto, é importante observar que a utilização dos planos quinquenais como diretrizes para as ações do Partido Comunista Chinês nem sempre reflete de forma precisa a sua implementação, o que pode gerar incertezas e requer atenção por parte dos atores globais, dada a importância da China para o funcionamento da economia mundial. Assim, o caminho em direção à prosperidade comum enfrenta desafios que exigem uma abordagem abrangente e adaptável.

Assim, com base na análise crítica desenvolvida ao longo desta monografia, conclui-se que o plano de prosperidade comum, embora tenha sido estruturado a partir de um histórico animador de desenvolvimento econômico e social na China, e apresente metas e objetivos por meio dos seus planos quinquenais, ainda enfrenta desafios para assegurar uma prosperidade comum genuinamente sustentável. Recomenda-se que pesquisas futuras sejam conduzidas para aprofundar a compreensão dos impactos e implicações dessa estratégia de desenvolvimento, especialmente considerando-se a avaliação geral do 14º Plano Quinquenal e as expectativas para os planos subsequentes, bem como a evolução dos aspectos econômicos do país frente à pandemia de COVID-19.

REFERÊNCIAS

AN'GANG, H; HONGCHUAN, W; **A Miracle of Human Development in China (1950-2030)**. Contemporary Social Sciences: No. 3, Article 8, 2018

AN'GANG, H; HONGCHUAN, W; YILONG, Y. **China's modernization: human resources and education (1949-2030)**. Research in Education Development, 2015.

AN'GANG, H; SHAOJIE, Z. **The new global wealth gap: The Widening “Digital Divide”**. Chinese Social Sciences, 2002.

BANCO DE DADOS DA DESIGUALDADE MUNDIAL. **Average national income**. Disponível em: https://wid.world/world/#anninc_p0p100_z/US;CN/last/us/k/p/decennial/a/false/0/80000/curve/false/country. Acesso em: 18 de junho de 2022.

BANCO MUNDIAL. **Gini index (World Bank estimate) - China**. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?contextual=default&end=2019&locations=CN&most_recent_year_desc=false&start=2010&view=chart. Acesso em: 04 de maio de 2023.

BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators**. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=world-development-indicators>. Acesso em: 14 de abril de 2021

BANCO MUNDIAL. **World development report 1981: National and international adjustment; World development indicators**. [s.l.] The World Bank, 1981. Oxford: Oxford University Press.

BRAGA, J.; NOGUEIRA, I. **Mercado de trabalho e salário mínimo na China**. Geosul, v. 35, n. 77, p. 49–72, 7 dez. 2020.

CORRÊA, A. **China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, p. 189-236, 2015

CHEN, W. et al. **Common Prosperity: Historical Evolution, International Comparison and Policy Implications**. Southwest Finance, 2022.

Departamento Nacional de Estatísticas da China. **China Compendium of Statistics (1949–2008)**. Beijing, China: China Statistics Press, 2010.

Departamento Nacional de Estatísticas da China. **National economic and social development statistical report of the People's Republic of China, 2006**. Disponível em: <www.stats.gov.cn/tjgb/ndtjgb/qgndtjgb/t20060227_402307796.htm>. Acesso em: 29 de setembro de 2022.

Departamento Nacional de Estatísticas da China. **Preliminary Accounting Results of GDP in the Third Quarter of 2022**. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/xxgk/sjfb/zxfb2020/202210/t20221024_1889593.html>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

DUNFORD, M. **The Chinese path to common prosperity**. International critical thought, v. 12, n. 1, p. 35–54, 2022.

DUNFORD, M; GAO, B; LI, W. **Who, where and why? Characterizing China's rural population and residual rural poverty**. Institute of Geographical Sciences and Natural Resources Research, Chinese Academy of Sciences, 2020.

FAN, C. **China's Eleventh Five-Year Plan (2006–2010): From 'Getting Rich First' to 'Common Prosperity'**. Eurasian Geography and Economics, Vol. 47, No. 6, pp. 708– 23, 2013.

GONG, W. **Steady Efforts toward Common Prosperity**. China Economic Transition, 2021.

HU, A. **The Distinctive Transition of China's Five-Year Plans**. Modern China, Vol. 39, 2013.

HU, A.; ZHOU, S. **China: Achieving the Vision of Common Prosperity in 2035**. China Economic Transition, 2022.

HU, A. et al. **2050 China**. Singapore: Springer Singapore, 2021.

HUNG, H. **A ASCENSÃO DA CHINA, A ÁSIA E O SUL GLOBAL**. Revista de Economia Contemporânea, v. 22, n. 1, 2018.

HUNG, H. **The China boom: Why China will not rule the world**. Columbia University Press, 2015.

JABBOUR, E.; DANTAS, A. **The political economy of reforms and the present Chinese transition**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 37, n. 4, p. 789–807, 2017.

JABBOUR, E.; GABRIELE, A. **China: o socialismo do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2021.

LEITE, P. **Desenvolvimento rural através da industrialização: subsídios para formulação de políticas**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 17, n. 4, p. 137-162, 2019.

LI, S. **Understanding China's road to common prosperity: background, definition and path**. China Economic Journal, 16:1, 1-13, 2023.

KANG, H. **China's Township and Village Enterprises**. Beijing: Foreign Language Press, 2006.

MAIA, I, et al. **O Combate à Pobreza: Cooperação China-ONU E Agenda 2030**. Tensões Mundiais, vol. 18, no. 165-181, 2022.

MIURA, Y. **The Reality of “Common Prosperity” Advocated by the Xi Jinping Administration**. Japan Research Institute, 2022.

MUNIZ, et al. **Crescimento pró-pobre e políticas de distribuição de renda e de redução da pobreza no Brasil**. Editora da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, p. 7-8, 2018.

NDRC - National Development and Reform Commission. **Interpretation of the “Outline of the 14th Five-Year Plan (2021–2025) for National Economic and Social Development and Long-Range Objectives through the Year 2035 the People's Republic of China”**. Beijing, China: China Planning Press, 2021.

NAUGHTON, B. **The new common economic program: China's Eleventh Five Year Plan and what it means**. China Leadership, nº 16, 2005

NAUGHTON, B. **The Chinese Economy: Transitions and Growth**. Massachusetts Institute of Technology, 2007.

NOGUEIRA, I.; GUIMARÃES, J. V.; BRAGA, J. P. **Inequalities and capital accumulation in China**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 39, n. 3, p. 449–469, 2019.

NOGUEIRA, I; QI, H. **The state and domestic capitalists in China's economic transition: from great compromise to strained alliance**. Critical Asian Studies, vol. 51, no. 4, p. 1-21, 2019

ROACHE, S. K. **China's impact on world commodity markets**. SSRN Electronic Journal, 2012.

ROBERTS, D. **What is “Common Prosperity” and how will it change China and its relationship with the world?** Atlantic Council, Scowcroft Center for Strategy and Security, 2021.

SHARMA, S. D. **Why China Survived the Asian Financial Crisis?** Brazilian Journal of Political Economy, v. 22, n. 2, p. 225–252. 2002.

TANG, M. **Third allocation as a complemente - Three major deficiencies of public charitie**. Biblioteca Provincial de Fujian, 2021. Disponível em: <<https://finance.sina.cn/2021-09-02/detail-iktzqtyt3699817.d.html>>. Acesso em: 28 de maio de 2023.

THE STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **The 14th Five-Year Plan for the National Economic and Social Development of the People's Republic of China and Outline of Long-term Goals for 2035**. Disponível em: https://www.gov.cn/xinwen/2021-03/13/content_5592681.htm. Acesso em 20 de abril de 2023.

TSUI, S., Z. HE, Z. YAN, X. **Legacies of Definancialization and Defending Real Economy in China**. Monthly Review, 2021.

UNDP China, Development Research Center of the State Council of China. **China Human Development Report 2016**. Disponível em: <<https://www.undp.org/china/publications/china-human-development-report-2016>>. Acesso em: 1 de junho de 2023

WANG, G. **Taxation plays an increasingly important role as a foundation, a pillar, and a guarantee.** People's Daily, p. 10, 2021.

WU, G. **China's Common Prosperity Program: Causes, Challenges, and Implications.** Asia Society Policy Institute, 2022.

ZHANG, Q., OYA, C., YE, J. **"Bringing Agriculture back in: the central place of agrarian change in rural China studies"**. Journal of Agrarian Change , v. 15, n. 3, p. 299-313, 2015

ZHANG, Y. **What's Really behind China's "Common Prosperity" Program?** New Labor Forum, Volume 31, Issue 2, 2022.